

ACTA Nº 14



ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO REALIZADA NO DIA 11 DE JULHO DE 2011:- - - - -

----- Aos onze dias do mês de Julho do ano dois mil e onze, nesta cidade de Viana do Castelo e Paços do Concelho, reuniu-se a Câmara Municipal de Viana do Castelo sob a presidência do Presidente José Maria da Cunha Costa e com a presença dos Vereadores Vítor Manuel Castro de Lemos, Ana Margarida Ferreira da Silva, Joaquim Luís Nobre Pereira, Maria José Afonso Guerreiro da Silva, António de Carvalho Martins, Mário da Cunha Rodrigues Guimarães, Ana Maria Branco Palhares Lopes de Lima e Aristides Martins de Sousa. Secretariou a Chefe de Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, Hírdina Machado. E, tendo tomado os lugares que lhes estavam destinados, o Presidente da Câmara declarou aberta a reunião pelas dezassete horas.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-

Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a informação que seguidamente se transcreve:-
"INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE - No dia 28 Junho, no Auditório Prof. Lima de Carvalho, realizou-se a assinatura do Pacto dos Autarcas, em que os Municípios do Alto Minho assumiram um contributo para a sustentabilidade energética no âmbito da estratégia europeia da redução das emissões de CO2. O Senhor Embaixador da Ucrânia esteve em Viana do Castelo. Este encontro destinou-se a preparar uma visita de uma delegação empresarial Ucraniana ao Norte de Portugal a 30 de Setembro para estabelecer contactos com empresários e instituições portuguesas. No dia 29 Junho realizou-se uma Manifestação dos trabalhadores dos Estaleiros Navais na cidade de Viana do Castelo em defesa dos Estaleiros e da Indústria Naval. A abertura da 31ª Feira do Livro, que decorre de 2 a 17 de

Julho, integrada na Capital da Cultura do Eixo Atlântico realizou-se no dia 2 de Julho. Integrado no certame realizou-se um debate sobre o Acordo Ortográfico, com a participação do Prof. Dr. João Malaca Casteleiro. No dia 5 Julho iniciaram-se as obras de acabamento dos espaços interiores do Edifício Administrativo Nascente da Praça da Liberdade que vai acolher os Serviços de Finanças de Viana do Castelo. O Centro Dramático de Viana e a Autarquia promovem de 7 a 28 de Julho quatro Solstícios Cénicos no Teatro Sá de Miranda, a partir de 4 autores ligados a Viana do Castelo – Guerra Junqueiro, Pedro Homem de Melo, Manuel Grangeio Crespo e “solos” de Olga Roriz. A 7 Julho celebrou-se um Protocolo entre a Associação do Eixo Atlântico e o Município de Viana do Castelo para a realização de um Fórum “ Pensar a Cidade no Séc. XXI “. Esta iniciativa visa congregar personalidades das mais variadas áreas a reflectir com os autarcas e cidadãos das cidades do norte de Portugal e da Galiza temas da Cidade do Século XXI. No dia 11 Julho realizou-se uma cerimónia simbólica do hasteamento das Bandeiras Azuis de Viana do Castelo na Praia Norte e a 9 de Julho, no âmbito da Cidade do Vinho 2011 realizou-se no Teatro Sá de Miranda a eleição da Rainha das Vindimas que este ano foi a representante de Palmela. O Presidente da Câmara contactou a Administração da CP para contestar a supressão da ligação ferroviária Porto / Vigo. Foi ainda solicitado ao governo uma posição de suspensão desta decisão da CP e contactada a Associação do Eixo Atlântico para a realização de uma reunião urgente para debater este assunto. Foram também durante este período lançados os concursos para a execução das obras de requalificação do Adro Sra. Agonia e de S. Roque e a empreitada da renovação das infra-estruturas e renovação de pavimentos da Rua Monsenhor Daniel Machado e Rua Loureiro (a) José Maria Costa.". **ESTALEIROS NAVAIS**



DE VIANA DO CASTELO:- O Vereador Carvalho Martins referiu que, na sua opinião, em todo este processo dos Estaleiros Navais existe um erro estratégico grave que passou pelo não aproveitamento das sinergias da Enercon, para resolver o problema estrutural de emagrecer os Recursos Humanos dos Estaleiros. A Vereadora Ana Palhares referiu que relativamente aos Estaleiros Navais se deveria esperar pela decisão governamental e ainda que na sua opinião é incontornável o emagrecimento da Estrutura. O Vereador Aristides Sousa referiu que a Câmara Municipal dever ter informação circunstanciada sobre o conteúdo dos planos de reestruturação e de viabilização apresentados pela administração ao Governo, pois, considerou, só com o conhecimento pleno das propostas é possível avaliar com justiça o que está em causa, porquanto reconhece que a empresa não pode continuar a ser um custo que recai sobre os contribuintes, mais ainda no contexto em que se vive. A situação social deve ser devidamente acompanhada, mas, reforçou, o importante é salvar a empresa, tornando-a viável, pois sem esta as perdas são maiores. **LINHA FERREA NO**

ALTO MINHO:- O Vereador Carvalho Martins aludiu ao facto de a linha da CP dever ser utilizada tipo metro de superfície, usando parcerias e encontrando uma solução económica e que maximize a infra-estrutura. O Vereador Mário Guimarães referiu que a linha de caminho de ferro tem que sofrer modernização de forma a transformar os comboios numa alternativa viável. O Presidente da Câmara informou que é fundamental a modernização da linha Viana-Nine, de forma a ligar o Alto Minho de forma rápida ao resto do país. Disse ainda que tem que se aproveitar os fundos comunitários para este fim. A Vereadora Ana Palhares referiu que relativamente a este assunto na sua opinião existe um problema de gestão, que se revela não ser a melhor. Disse ainda que é imperioso aproveitar este momento em que se volta a falar de modernização das estruturas ferroviárias. O Vereador

Aristides Sousa reiterou a importância da requalificação da Linha do Minho, de forma a torná-la mais competitiva pelo encurtar do tempo das viagens. Considerou ser um erro estratégico que deve ser repudiado pelo Alto Minho a supressão da ligação a Vigo, dizendo que se hoje se suprime esta ligação por não ser viável, amanhã outros troços serão suprimidos com base no mesmo argumento, deixando o Alto Minho mais isolado e mais longe de tudo. Incitou a Câmara Municipal a opor-se a esta política e a reclamar a requalificação da linha, que no contexto actual é ainda mais estratégica social e economicamente. Lembrou ainda que Viana do Castelo tem o privilégio de possuir a estação no centro da cidade. Temos que ser intransigentes na defesa da região e a ligação Porto Vigo tem que ser uma aposta no quadro da mobilidade desta euro-região, incluindo a via ferroviária. Disse ainda que o que se constata é que a propósito da crise se vai deixando matar tudo, sem olhar ao futuro imediato. Por último, o Presidente da Câmara referiu ainda que é a perspectiva da modernização da linha férrea até Valença que está a ser defendida e que será discutida na próxima reunião do Eixo Atlântico. **PASSAGEM DE NÍVEL**

CARREÇO:- A Vereadora Ana Palhares aludiu à suspensão das obras da Passagem de Nível em Cachadas/Carreço, e que foi prometido que as obras estariam prontas até ao final do ano, questionando de seguida qual o motivo da suspensão das obras. O Presidente da Câmara informou que a empreitada foi suspensa porque houve problemas com a expropriação dos terrenos, sendo que a mesma já foi ultrapassada, faltando apenas fazer os acordos finais para que a obra seja retomada. **PRAIA DE ARGAÇOSA:-** A Vereadora Ana Palhares referiu-se a uma transferência de verba para a Junta da Meadela para a limpeza da praia da Argaçosa, chamando a atenção para o facto de a praia se encontrar completamente conspurcada, sendo que não fica bem que exista uma zona de praia dentro da cidade com as



condições em que aquela se encontra. O Presidente da Câmara informou que irá chamar a atenção do Presidente da Junta de Freguesia para o problema levantado. **PLANO**


ESTRATÉGICO:- A Vereadora Ana Palhares questionou sobre o ponto da situação do processo do Plano Estratégico. O Presidente da Câmara informou que antes do final do Verão será apresentado ao Executivo Municipal para aprovação e remessa à sessão da Assembleia Municipal de Setembro. **ESTRANGULAMENTOS FINANCEIROS DAS**

AUTARQUIAS:- O Vereador Aristides Sousa questionou sobre o valor da dívida dos Serviços da Administração Central à Autarquia de Viana do Castelo, bem como sobre o valor da dívida da Autarquia, na perspectiva dos compromissos assumidos, aos prestadores de serviços e fornecedores. O Presidente da Câmara informou que nas sessões da Assembleia Municipal e em cumprimento da Lei é prestada a informação financeira agora solicitada. Na próxima sessão irá entregar novamente essa informação.

REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PAÍS:- O Vereador Aristides Sousa referiu que já em reunião de Câmara referiu a necessidade de se iniciar o debate sobre a reorganização administrativa, mas o Senhor Presidente na altura disse que não era uma prioridade. O Vereador Aristides Sousa lembrou que é urgente agir, para não ter que reagir, pois esta matéria é incontornável e, disse, quanto mais cedo iniciarmos este debate e habituarmos as pessoas à ideia melhor. Na sua opinião deve-se começar a debater esta matéria em torno do conceito de freguesias-âncora, , sendo que o concelho de Viana do Castelo já as tem, naturalmente e por força da afirmação ao longo dos tempos, bem identificadas. O Presidente da Câmara disse que relativamente a este assunto tem que se perceber primeiro o que o Governo quer fazer, sendo desnecessário fazer trabalho que pode ser vão, sem existirem as directrizes necessárias para o efeito. **CONCURSOS DE**

PESSOAL:- O Vereador Aristides Sousa perguntou que critérios é feita a distribuição da pontuação nos diferentes pontos de avaliação constituintes da fórmula de selecção dos candidatos; sobre a razão por que há concursos que integram no método de selecção Avaliação Psicológica, Entrevista de Avaliação de Competências e Entrevista Profissional de Selecção e outros não; quais os métodos e factores motivo de exclusão, com carácter eliminatório, pois verificou, num estudo que está a fazer, uma grande heterogeneidade e diversidade de critérios e de pontuações entre diferentes concursos. Deu o exemplo sobre a distribuição de pontos pelos factores do método Avaliação Curricular: Habilitação Profissional, Formação Profissional e Experiência Profissional, e perguntou por que a distribuição de dentro destes factores varia de concurso para concurso, sugerindo que deve haver rigor e uniformidade na distribuição dos pontos entre concursos, sob pena de se levantar a suspeita de que essa distribuição varia consoante as conveniências de cada concurso. Sugeriu que os métodos de selecção, os factores de classificação e a distribuição de pontuação nos factores da fórmula devem ser fixos, universais e de conhecimento público antecipado. Propôs que se estude uma forma de criar uma matriz uniforme, entendendo que deve haver um máximo de rigor e transparência nestas matérias. A Vereadora Ana Margarida informou que os concursos a termo e por tempo indeterminado tem diferentes métodos de selecção por imperativo legal. Igualmente diferem quanto à origem dos candidatos, e que isso obrigatoriamente transparece nos avisos de abertura.

PARTICIPAÇÃO DOS ELEITORES EM ELEIÇÕES:- O Vereador Aristides Sousa referiu o preocupante aumento da abstenção que se regista também nas freguesias do Município nos actos eleitorais, recordando uma sua proposta apresentada no mandato anterior, enquanto deputado municipal, propôs que a Câmara, juntamente com as Juntas de



Freguesia e os Agrupamentos de Escolas, lance iniciativa pedagógica local visando a interacção com o processo da democracia representativa, à semelhança da iniciativa da Assembleia da República, Parlamento dos Jovens, destinada aos jovens das freguesias do concelho, tipo a "A.M. para os jovens" para que estes se inteirem e vivenciem do conceito de democracia participativa e representativa. **ORDEM DO DIA:-** Presente a ordem de trabalhos, foram acerca dos assuntos dela constantes tomadas as seguintes resoluções:- **(01)**

APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO DE 27 DE JUNHO:- A Câmara Municipal, em cumprimento do disposto no número 2 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberou aprovar a acta da reunião realizada no dia 27 de Junho findo, pelo que irá ser assinada pelo Presidente da Câmara e pelo Secretário da respectiva reunião. Esta deliberação foi tomada por maioria com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vítor Lemos, Ana Margarida Silva, Luis Nobre, Maria José Guerreiro, Carvalho Martins, Ana Palhares e Aristides Sousa e a abstenção do Vereador Mário Guimarães por não ter participado da referida reunião. **(02)**

PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA:- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:-
"PROPOSTA - PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIAS - Nos termos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, e no espírito da colaboração técnico-financeira que o Município de Viana do Castelo vem desenvolvendo com as Juntas de Freguesia, propõe-se a celebração de um conjunto de protocolos de colaboração. A Câmara Municipal propõe-se transferir os seguintes meios financeiros para as freguesias, de acordo com o acompanhamento dos projectos e estimativas orçamentais relativos aos empreendimentos. As transferências de

verbas previstas em 2011 para as freguesias serão efectuadas de acordo com os autos de medição a efectuar pelos Serviços Técnicos Municipais:

Freguesia	Montante (euros)	Designação Obra
Portela Suzã	14.277	Protecção Muro Suporte Avenida Igreja
Meixedo	25.000	Estrada M. Belelo
Mazarefes	15.000	Rua Ferreiros - 1ª Fase
Vila de Punhe	32.000	Rua Picoto
Montaria	25.000	Sanitários Largo do Souto
St.ª Maria Geraz do Lima	8.900	Rua Pereiro
Lanheses	20.000	Alargamento e Pavimentação Rua Santo Antão - 1ª Fase
TOTAL	140.177	

(a) José Maria Costa.". A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. **(03) PROTOCOLO COM JUNTA DE FREGUESIA -**

LIMPEZA E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE JARDINS E ESPAÇOS

VERDES:- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- "**PROPOSTA -**

**Protocolo de Colaboração
entre a Câmara Municipal de Viana do Castelo
e as Juntas de Freguesia
Limpeza e Conservação Ambiental de Jardins e Espaços Verdes**

No âmbito da cooperação estabelecida com as Juntas de Freguesia para a Conservação Ambiental de Jardins e Espaços Verdes, a Câmara Municipal de Viana do Castelo propõe a celebração dos seguintes protocolos, de acordo com o Plano de Actividades de 2011.

A celebração destes protocolos, poderá ser alargado a outras freguesias, de acordo com as propostas que venham a ser apresentadas.

Freguesia	Montante (Euros) Ano 2011
Vila de Punhe	4.000
Total	4.000 €

(a) José Maria Costa.". A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. **(04) PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO - PREVENÇÃO**

INCÊNDIOS FLORESTAIS:- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- **"PROPOSTA - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO - PREVENÇÃO**

INCÊNDIOS FLORESTAIS - O Plano Operacional Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios para o concelho de Viana do Castelo, estabelece as normas de actuação dos organismos, serviços e estruturas públicas ou privadas com responsabilidades na defesa da floresta contra incêndios e o inventário de meios e de recursos que possam vir a ser utilizados. Define também a estrutura operacional e o mecanismo de coordenação dos meios. Ao nível dos objectivos específicos, pretende-se diminuir o número de incêndios causados por negligencia e de forma intencional, reduzir a cargas combustível em áreas prioritárias aumentando a protecção da floresta, de pessoas e bens, promover e melhorar a gestão da floresta do concelho e contribuir para uma melhor organização e adequação dos meios de prevenção e combate. Assim, propõe-se a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Amonde, no valor de 1.080,00 (mil e oitenta euros), afim de suportar o aluguer de uma PICK UP, durante os meses de Julho, Agosto e Setembro. (a) José Maria Costa.". A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. **(05) PROTOCOLO DE**

COLABORAÇÃO COM JUNTA REGIONAL DE ESCUTEIROS - VIGILÂNCIA FLORESTAL:- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- **"PROPOSTA - ESTABELECIMENTO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM OS**

ESCUTEIROS PARA A VIGILÂNCIA FLORESTAL - A Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) e a Autarquia, através de um Plano Operacional Municipal (POM), definiram a vigilância como um instrumento fundamental de prevenção dos incêndios florestais. No referido Plano, para além da Vigilância Móvel, a realizar com a equipa de Sapadores Florestais e da rede de vigilância nacional já existente, foi definido também a realização de vigilância fixa em 3 locais estratégicos (LEE): depósito de água em Santa Luzia, S. Silvestre em Cardielos e Monte de Roques, em Subportela. Esta vigilância será realizada através de uma candidatura no âmbito do programa de voluntariado jovem para as florestas, promovido pelo IPJ. Considerando as experiências bem sucedidas nos últimos 5 anos relativas a esta actividade e os protocolos estabelecidos desde 2006 entre esta Autarquia e o Corpo de escutas de Viana do Castelo (CNE); Considerando que os Escuteiros estão sensibilizados para este tipo de actividades de natureza ambiental e possuem uma organização interna que permite que a vigilância seja efectuada nas melhores condições operacionais; Considerando a aprovação pela CMDF do POM para este ano, no qual se define a vigilância fixa em 3 LEE. Propõe-se a realização de um protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Viana do Castelo e o Corpo de Escutas de Viana do Castelo, definido nos mesmos moldes dos anos anteriores, atribuindo-se um subsídio no valor 1.000 Euros. (a) José Maria Costa". A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. **(06) PROTOCOLO PRAIAS SEM BARREIRAS**

- PRAIAS ACESSÍVEIS COM APPACDM:- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- **"PROPOSTA -**

PROCOLO PRAIAS SEM BARREIRAS – PRAIAS ACESSÍVEIS

ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO E A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE VIANA DO CASTELO

A Câmara Municipal de Viana do Castelo e a APPACDM de Viana do Castelo disponibilizam durante o Verão de 2011, as condições técnicas para a acessibilidade às praias a todos os cidadãos, através da instalação de acessibilidades, infra-estruturas de apoio sanitário e ajudas técnicas.

O programa de Praias Sem Barreiras / Praia Acessível vai decorrer de 15 de Julho a 31 de Agosto de 2011 na Praia do Estuário/Cabedelo, Praia da Amorosa e Praia de Carreço.

A APPACDM disponibilizará as ajudas técnicas e pessoal qualificado para o apoio deste projecto.

A Câmara Municipal de Viana do Castelo disponibilizará os nadadores salvadores para as praias, durante o programa e promoverá a instalação das infra-estruturas de apoio ao projecto.

A Câmara Municipal de Viana do Castelo comparticipará os custos da APPACDM nas despesas de contratação de pessoal até ao valor de 6.000 Euros, para o ano de 2011.

(a) José Maria Costa". A Câmara Municipal deliberou aprovar o transcrito protocolo. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. **(07) PROCOLO DE COLABORAÇÃO CMVC E SANTA**

CASA DA MISERICÓRDIA:- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- "PROPOSTA -

PROCOLO DE COOPERAÇÃO

Considerando:

Que a Santa Casa da Misericórdia é detentora de um importantíssimo património edificado, de que se salientam a sua sede quinhentista, a Igreja setecentista, o claustro e a capela do Senhor do Bom Despacho que lhe fica anexa, classificados como Património Nacional desde 1910, que são verdadeiros ex-libris da cidade e de referência no país;

Que a localização destes espaços na principal Praça de Viana do Castelo lhes confere um importante papel na vida sociocultural da cidade;

Que a Santa Casa da Misericórdia pretende recuperar e abrir os espaços monumentais acima referidos à fruição pública, estando para isso a realizar obras de grande vulto para a reabilitação de todos eles;

Que a Santa Casa da Misericórdia, após a conclusão das obras, pretende realizar eventos nesses espaços, nomeadamente, concertos com o seu órgão histórico, outros eventos musicais, visitas culturais guiadas, abertura de algumas das salas e varandas e a criação de um pequeno espaço museológico com exposições permanentes do acervo da SCM;

Que a Câmara Municipal de Viana do Castelo pretende, com a abertura e integração dos espaços monumentais da Santa Casa da Misericórdia na Praça da República da cidade, aumentar a oferta cultural na zona histórica de Viana do Castelo, melhorando a atractividade turística da cidade e, consequentemente, promovendo a dinamização económica;

Que todo o conjunto monumental da Praça da República sairá amplamente valorizado passando a ser conhecido em Portugal e no mundo com um espaço emblemático da cidade;

Que as obras em curso são de uma grande dimensão envolvendo investimentos vultuosos;

Que a Santa Casa da Misericórdia não tem estrutura de engenharia e gestão que lhe permita acompanhar com eficácia os projectos de maior dimensão, nomeadamente os que se encontram em curso;

Que a Santa Casa da Misericórdia não tem uma equipa de arqueologia capaz de apoiar as intervenções necessárias no decurso da obra;

Que a Câmara Municipal de Viana do Castelo possui uma estrutura de engenharia e gestão que lhe permite, numa fase de abrandamento económico, apoiar a Santa Casa da Misericórdia no desenvolvimento dos projectos em curso e de eventuais novos projectos que se venham a definir;

Que a Câmara Municipal está dotada de um Gabinete de Arqueologia com grande experiência e curriculum neste tipo de intervenções;

Pelo exposto é celebrado entre **Câmara Municipal de Viana do Castelo**, sediada no Passeio das Mordomas da Romaria 4904-877, Viana do Castelo, pessoa colectiva nº 506037258, representada pelo seu Presidente, Eng^o José Maria Costa adiante designada CMVC, e a **Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo**, com sede no Passeio das Mordomas da Romaria, 4900-532 Viana do Castelo, pessoa colectiva nº 500841489, aqui representada pelo seu Provedor Eng^o José Vitorino Ferreira Reis e adiante designada por SCM, o presente protocolo, para titular a cooperação entre as duas instituições e que se regerá pelas cláusulas seguintes:

**Clausula Primeira
(Objecto)**

1. A CMVC compromete-se a cooperar com a SCM em todas as fases de desenvolvimento de projecto da reabilitação do interior da Igreja, cobertura e dos espaços circundantes, incluindo a capela do Senhor do Bom Despacho e claustro.
2. A SCM compromete-se a abrir o espaço monumental de sua propriedade à fruição pública, realizando actividades próprias e colaborando com a CMVC na preparação de eventos comuns.
3. Noutros projectos futuros as duas entidades definirão, caso a caso, o modo de cooperação a estabelecer.

**Clausula Segunda
(Âmbito)**

1. A CMVC compromete-se a prestar, de forma gratuita para o projecto da Igreja e zona circundante, a pedido da SCM:
 - 1.1. O apoio do Gabinete de Arquitectura do Município para participar e intervir no âmbito do projecto e obra de recuperação da Igreja da Misericórdia, através de acompanhamento e eventual intervenção arqueológica.
2. A SCM compromete-se, no final do período de realização das obras nas suas instalações:
 - 2.1 A manter aberto à fruição pública, em períodos a definir com a CMVC, o espaço da Igreja, o claustro, a capela do Senhor do Bom Despacho e a zona museológica. A promover, como realização sua, ou em associação com a CMVC e/ou outras instituições da cidade, eventos culturais diversos.

**Cláusula Terceira
(Implementação)**

Para a implementação deste protocolo, será criada uma Comissão de Acompanhamento constituída por um elemento de cada entidade. Esta comissão reunirá com uma periodicidade mensal, ou se tal se verificar necessário, de acordo com o programa a definir para cada tipo de projecto de cooperação.

Por ser a vontade dos outorgantes, o presente Protocolo é assinado em duas vias, uma para cada um deles.

(a) José Maria Costa". A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. **(08) APOIO À AQUISIÇÃO DE CD "CORACÃO DE VIANA" - AUGUSTO CANÁRIO:-** Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- **"PROPOSTA - APOIO À AQUISIÇÃO DE CD "CORACÃO DE VIANA" - AUGUSTO CANÁRIO -** O artista vianense Augusto Canário vai editar

um novo trabalho discográfico sobre a temática Viana no Coração, enquadrando a maior parte das cantigas que tem composto sobre Viana do Castelo. Deste valioso repertório constam versos sobre a Romaria d'Agonia, cidade, lendas e gentes de Viana. Sendo do interesse do Município de Viana do Castelo apoiar os autores e artistas locais, propomos a aquisição de 2.000 exemplares deste novo CD para ofertas da Autarquia no âmbito dos eventos realizados em Viana do Castelo. Este CD tem uma publicação anexa com as letras das cantigas e fotografias de Viana do Castelo. Solicita-se assim autorização para aquisição de 2.000 exemplares pelo valor de 2.50 €uros mais o IVA. (a) José Maria Costa.". A Vereadora Ana Palhares referiu que é tempo de diversificar a oferta cultural, deixando a sugestão de apostar noutros artistas, de abrir o leque e dar lugar a outros talentos. O Presidente da Câmara informou que tem sido feito esse esforço quer na música, quer no teatro. No caso concreto é um artista consagrado, e apenas se está a ajudar a suportar os custos da produção do CD, tendo em vista a divulgação das músicas e costumes da região. A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. **(09) REGULAMENTO CEMITÉRIO MUNICIPAL - APROVAÇÃO:-** Pela Vereadora Ana Margarida Silva foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- "**PROPOSTA - REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL – APROVAÇÃO** - Decorrido o prazo de discussão pública legalmente previsto sem que tenha havido qualquer sugestão de alteração ao documento, propõe-se a aprovação do actual projecto, que deverá ainda ser objecto de aprovação pela Assembleia Municipal. O respectivo projecto segue em anexo.

Projecto de Regulamento do Cemitério Municipal de Viana do Castelo

Nota Justificativa

O Regulamento do Cemitério, em vigor data de 1969, encontra-se ultrapassado e desajustado da realidade legislativa, face à evolução do *direito mortuário*.

O Decreto-Lei nº 411/98, de 30 de Dezembro, revogou na sua totalidade vários diplomas legais atinentes ao “direito mortuário”, fazendo-o apenas parcialmente em relação ao Decreto n.º 48770, de 18 de Dezembro de 1968.

Por essa razão, o regulamento do cemitério municipal actualmente em vigor, deverá adequar-se ao preceituado no regime legal em vigor, não obstante se manterem válidas muitas das soluções e mecanismos adoptados nos regulamentos cemiteriais emanados ao abrigo do Decreto nº 44220, de 03 de Março de 1962 e do Decreto nº 48770, de 18 de Dezembro de 1968.

As alterações consagradas no Decreto-Lei nº 411/98, de 30 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 5/2000, de 29 de Janeiro, e pelo Decreto-Lei nº 138/2000, de 13 de Julho, pela Lei 30/2006, de 11 de Julho e pelo Decreto-Lei 109/2010, de 14 de Outubro, são profundas, consignando importantes alterações legais.

Atendendo às condições do solo onde se encontra implementado o cemitério municipal, que não permitem a destruição da matéria orgânica antes de decorrido o prazo de sete anos, justifica-se o alargamento do prazo de exumação previsto no Decreto-Lei 411/98, de 30 de Dezembro.

Face a esta realidade, torna-se necessário proceder à alteração das normas regulamentares em vigor, adaptando-as ao regime legal estabelecido pelo DL 411/98, de 30 de Dezembro e sucessivas alterações, bem como ajustá-las à realidade cemiterial.

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º Lei Habilitante

Constitui legislação habilitante do presente Regulamento os artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, o artigo 29.º do Decreto n.º 44 220, de 3 de Março de 1962, o Decreto n.º 48 770, de 18 de Dezembro de 1968, o Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, o artigo 53.º, n.º 2, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro, e a Lei n.º 2/07, de 15 de Janeiro.

Artigo 2.º

Objecto

O presente Regulamento tem por objecto regular a organização e o funcionamento dos serviços do Cemitério Municipal de Viana do Castelo.

Artigo 3.º **Definições**

Para efeitos do presente Regulamento, considera-se:

- a) Autoridade de Polícia: a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública e a Polícia Marítima;
- b) Autoridade de Saúde: o delegado regional de saúde, o delegado concelhio de saúde ou os seus adjuntos;
- c) Autoridade Judiciária: o Juiz de Instrução e o Ministério Público, cada um relativamente aos actos processuais que cabem na sua competência;
- d) Cadáver: corpo humano após a morte, até estarem terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica;
- e) Cremação: redução do cadáver ou ossadas a cinzas;
- f) Exumação: abertura de sepultura, local de consumpção aeróbia ou caixão de metal onde se encontre inumado o cadáver, com o fim de o remover;
- g) Inumação: colocação de cadáver em sepultura, jazigo ou local de consumpção aeróbia;
- h) Ossário: construção destinada a depósito de urnas contendo restos mortais, predominantemente ossadas;
- i) Ossadas: o que resta do corpo humano uma vez terminado o processo de mineralização;
- j) Período neonatal precoce: as primeiras cento e sessenta e oito horas de vida;
- k) Remoção: Levantamento de cadáver do local onde ocorreu ou foi verificado o óbito e o seu subsequente transporte, a fim de se proceder à sua inumação ou cremação;
- l) Restos mortais: cadáver, ossadas ou cinzas;
- m) Trasladação: transporte de cadáver inumado em jazigo ou de ossadas para local diferente daquele em que se encontram, a fim de serem de novo inumados, cremados ou colocados em ossário;
- n) Viatura e recipientes apropriados: aqueles em que seja possível proceder ao transporte de cadáveres, ossadas, cinzas, fetos mortos ou recém-nascidos falecidos no período neonatal precoce, em condições de segurança e de respeito pela dignidade humana.
- o) Talhão ou Quadro: área contínua destinada a sepulturas unicamente delimitada por

passeios, podendo ser constituída por uma ou várias secções;

- p) Jazigo: construção destinada à inumação de cadáveres ou restos mortais;
- q) Sepultura: espaço destinado à inumação de cadáveres ou restos mortais

Artigo 4.º **Legitimidade**

1. Têm legitimidade para requerer a prática de actos previstos neste Regulamento, sucessivamente:
 - a) O testamenteiro, em cumprimento de disposição testamentária;
 - b) O cônjuge sobrevivente;
 - c) A pessoa que vivia com o falecido em condições análogas às dos cônjuges;
 - d) Qualquer herdeiro;
 - e) Qualquer familiar;
 - f) Qualquer pessoa ou entidade.
2. Se o falecido não tiver nacionalidade portuguesa, tem também legitimidade o representante diplomático ou consular do país da sua nacionalidade.
3. O requerimento para a prática desses actos pode também ser apresentado por pessoa munida de procuração com poderes especiais para esse efeito, passada por quem tiver legitimidade nos termos dos números anteriores.

TÍTULO II **ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS**

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 5.º **Âmbito**

1. O Cemitério Municipal de Viana do Castelo destina-se à inumação dos cadáveres de indivíduos falecidos na área do Município de Viana do Castelo, exceptuando-se aqueles cujo óbito tenha ocorrido nas freguesias deste concelho que disponham de cemitério próprio.
2. Podem ainda ser inumados no Cemitério Municipal, observadas, quando for caso disso, as disposições legais e regulamentares:
 - a) Os cadáveres de indivíduos falecidos nas freguesias do município quando, por motivo comprovado por escrito pelo Presidente da Junta de Freguesia respectiva, não seja possível a inumação no cemitério da respectiva

freguesia;

- b) Os cadáveres de indivíduos falecidos fora da área do município de Viana do Castelo que se destinem a jazigos particulares ou sepulturas perpétuas e dos que, destinando-se a sepulturas temporárias, sejam de pessoas naturais ou residentes neste concelho;
- c) Os cadáveres de indivíduos falecidos fora do município, mas que tivessem à data da morte o seu domicílio habitual na área deste;
- d) Os cadáveres não abrangidos nas alíneas anteriores, mediante autorização do Presidente da Câmara Municipal, com possibilidade de delegação, concedida em face das circunstâncias que se repute ponderosas.

3. Para efeitos da alínea a) do número anterior, a prova de residência do falecido é feita através do seu cartão de cidadão, ou de documento de identificação legalmente equivalente, válido à data do óbito ou atestado de residência.

Artigo 6.º

Horário de funcionamento

- 1. O cemitério municipal está aberto ao público todos os dias, das 09.00 às 17.30 horas, com excepção do Dia de Carnaval em que encerra às 13 horas.
- 2. A hora de encerramento é anunciada com 15 minutos de antecedência, não sendo permitida a entrada ao público a partir desse momento.

Artigo 7.º

Horário de recepção de cadáveres

- 1. Para efeitos de inumação o cadáver terá de dar entrada até 30 minutos antes do encerramento do cemitério.
- 2. Os cadáveres que derem entrada no cemitério fora do horário estabelecido ficam em depósito aguardando a inumação, dentro das horas regulamentares, salvo casos especiais em que, com autorização do Presidente da Câmara Municipal, poderão ser imediatamente inumados.
- 3. Aos domingos e feriados, os Serviços limitam-se à recepção e inumação de cadáveres, excepto quando o Presidente da Câmara Municipal determinar que apenas se realizam actos religiosos.

Artigo 8.º

Serviço de recepção e inumação de cadáveres

- 1. Afectos ao funcionamento normal do cemitério, haverá serviços de recepção e inumação de cadáveres ou restos mortais.



2. Os serviços de recepção e inumação de cadáveres são dirigidos pelo funcionário do cemitério ou por quem for designado para assegurar tais funções ou legalmente o substituir, ao qual compete cumprir, fazer cumprir e fiscalizar as disposições do presente Regulamento, das leis e regulamentos gerais, das deliberações da Câmara Municipal de Viana do Castelo e as ordens dos seus superiores relacionadas com aqueles serviços.
3. Os cadáveres e restos mortais são recebidos no cemitério contidos em caixões e as cinzas resultantes de cremação em recipientes apropriados.
4. Decorridas vinte e quatro horas sobre o depósito ou, em qualquer momento, quando se verifique o adiantado estado de decomposição do cadáver ou restos mortais, sem que tenha sido apresentada a documentação em falta, os serviços comunicarão o caso às autoridades de saúde ou policiais para que tomem as providências adequadas, designadamente para efeitos do disposto do n.º 2 do artigo 12.º.
5. O disposto nos números anteriores é aplicável, com as necessárias adaptações, aos casos em que tenha ocorrido morte fetal com tempo de gestação igual ou superior a vinte e duas semanas completas.

Artigo 9.º

Serviços de registo e de expediente geral

1. Afectos ao funcionamento normal do cemitério, haverá serviços de registo e expediente geral, a cargo da Secção de Expediente Geral da Câmara Municipal de Viana do Castelo, dispondendo de livros de registo de inumações, trasladações e concessão de terrenos, bem como outros documentos considerados necessários ao bom funcionamento do serviço, designadamente os comprovativos do pagamento das taxas devidas por actos previstos no presente Regulamento.
2. Todos os registos deverão, sempre que possível, ser realizados em suporte informático compatível, devidamente arquivados no serviço, com cópia anual entregue na Divisão de que dependam.
3. Aos serviços de registo e expediente geral compete o arquivamento do assento, auto de declaração ou boletim de óbito no respectivo processo.

Artigo 10.º

Organização do espaço

1. O espaço do cemitério é organizado da seguinte forma:
 - a) Zonas para inumação de cadáveres: talhões comuns e talhões privativos, preenchidos por sepulturas, jazigos e ossários;

- b) Zona administrativa e dos funcionários cemiteriais;
 - c) Arrecadação;
 - d) Instalação de sanitários públicos;
 - e) Zonas destinadas a arruamentos.
2. Os talhões podem ser divididos em secções.
 3. Além de talhões privativos que se considerem justificados, existirão secções e ou talhões para as inumações de crianças e nados mortos separadas dos locais que se destinam aos dos adultos, salvo quando se destinem a jazigo ou sepultura perpétua.

Artigo 11.º

Abandono de cadáver e restos mortais

1. Os cadáveres ou restos mortais inumados serão considerados abandonados quando, expirado o prazo concedido e apesar de notificados nesse sentido, os interessados desistam ou não respondam no prazo que lhes foi fixado para o efeito, de acordo com o disposto no presente Regulamento.
2. Consideram-se ainda abandonados os cadáveres ou restos mortais, nas situações previstas nos artigos 12.º n.º 5, 17.º n.º 3, 32.º n.º 5 e 48.º do presente Regulamento.
3. Aos cadáveres ou restos mortais, incluindo ossadas, considerados abandonados nos termos do presente Regulamento, será dado o destino adequado, podendo o Presidente da Câmara Municipal, com possibilidade de delegação, optar por uma das seguintes situações:
 - a) Cremação, em conformidade com o disposto no artigo 13.º n.º 5 e colocação das cinzas em cendário;
 - b) Inumação, em cumprimento do disposto nos artigos 12.º n.º 5 e 17.º; n.º 3 do presente Regulamento;
 - c) Remoção para ossário;
 - d) Inumação na própria sepultura a profundidade superior à indicada no nº 1 do artigo 24.º do presente Regulamento, quando tal não se apresente inconveniente.
 - e) Inumação em sepultura comum não identificada, nas situações previstas na alínea b) do artigo 21.º.

CAPÍTULO II CREMAÇÕES E INUMAÇÕES

SECÇÃO I Formalidades

Artigo 12.º

Prazos de cremações e inumações

1. Nenhum cadáver é inumado, cremado ou encerrado em urna de zinco antes de decorridas vinte e quatro horas sobre o falecimento.
2. Ressalvam-se do número anterior os casos em que, não havendo lugar à realização de autópsia médico-legal e verificando-se perigo para a saúde pública, a autoridade de saúde ordene, por escrito, que se proceda à inumação, encerramento em urna de zinco ou colocação do cadáver em câmara frigorífica, antes de decorrido o prazo previsto no número anterior.
3. Nenhum cadáver pode ser encerrado em câmara frigorífica antes de decorridas seis horas após a constatação de sinais de certeza de morte.
4. Um cadáver deve ser inumado dentro dos seguintes prazos máximos:
 - a) Em quarenta e oito horas após o termo da autópsia médico-legal ou clínica;
 - b) Em setenta e duas horas, a contar da entrada em território nacional, quando tiver sido transportado de país estrangeiro;
 - c) Em setenta e duas horas, se imediatamente após a verificação do óbito tiver sido entregue a uma das pessoas indicadas no artigo 4.º do presente Regulamento;
 - d) Em vinte e quatro horas a contar do momento em que for entregue a uma das pessoas indicadas no artigo 4.º do presente Regulamento, quando, não havendo lugar à realização de autópsia médico-legal nos termos legais, por qualquer motivo não tenha sido possível a entrega imediata do cadáver após o óbito e este tenha sido removido nos termos do definido no n.º 1 do artigo 40.º.
5. Quando não haja lugar à realização de autópsia médico-legal nos termos legais e o cadáver não for entregue a uma das pessoas indicadas no artigo 4.º, não pode ser cremado, devendo a sua inumação ter lugar decorridos trinta dias sobre a data da verificação do óbito.
6. O disposto nos números anteriores não se aplica aos fetos mortos.

Artigo 13.º

Cremação

1. O cemitério municipal de Viana do Castelo não dispõe de serviço de cremações.
2. A cremação é feita em cemitério que disponha de equipamento adequado, nos termos legais.
3. Podem ser cremados, nos termos do número anterior, cadáveres ou restos mortais não inumados ou exumados.

4. Se o cadáver tiver sido objecto de autópsia médico-legal, só pode ser cremado com autorização da autoridade judiciária.
5. O Presidente da Câmara Municipal, com possibilidade de delegação, pode ordenar a cremação de:
 - a) Cadáveres ou ossadas que tenham sido considerados abandonados;
 - b) Cadáveres ou ossadas que estejam inumados em locais ou construções que tenham sido considerados abandonados;
 - c) Quaisquer cadáveres ou ossadas, em caso de calamidade pública;
 - d) Fetos mortos abandonados e peças anatómicas.
6. As cinzas resultantes de cremação, ordenada nos termos do número anterior, são colocadas em cendário.
7. As cinzas resultantes das restantes cremações podem ser colocadas em cendário, ou dentro de recipiente apropriado, colocadas em sepultura perpétua, jazigo, ossário ou entregues a quem tiver requerido a cremação, sendo neste caso livre o seu destino final.

Artigo 14.º



Condições para a inumação

1. Nenhum cadáver poderá ser inumado, cremado, encerrado em caixão de zinco ou colocado em câmara frigorífica sem que, para além de respeitados os prazos do artigo 12.º do presente Regulamento, previamente tenha sido lavrado o respectivo assento ou auto de declaração de óbito ou emitido o boletim de óbito, nos termos da lei.
2. Na falta ou insuficiência da documentação legal, os cadáveres ficarão em depósito até que esta seja devidamente regularizada.

Artigo 15.º

Autorização de inumação

1. A inumação de um cadáver depende de autorização do Presidente da Câmara, a requerimento das pessoas com legitimidade para tal, nos termos artigo 4.º do presente Regulamento.
2. O requerimento a que se refere o número anterior obedece ao modelo constante do anexo I do presente Regulamento, do qual faz parte integrante, sendo instruído com os seguintes documentos:
 - a) Assento, auto de declaração de óbito ou boletim de óbito;
 - b) Autorização da autoridade de saúde, nos casos em que haja necessidade de inumação antes de decorridas 24 horas sobre o óbito;

- 
- 
- c) Os documentos a que alude o artigo 51.º números 1 e 2 deste Regulamento, quando os restos mortais se destinem a ser inumados em jazigo particular ou em sepultura perpétua.

Artigo 16.º
Tramitação

1. O requerimento e os documentos referidos no número anterior são apresentados por quem estiver encarregue da realização do funeral.
2. Cumpridas estas formalidades e pagas as taxas devidas, é emitida uma guia, cujo original é entregue ao encarregado do funeral.
3. Não se efectua a inumação sem a apresentação do original da guia a que se refere no número anterior, que é registada, mencionando-se o seu número de ordem, bem como a entrada do cadáver ou ossadas no cemitério.

Artigo 17.º
Inumação

1. A inumação não pode ter lugar fora de cemitério público.
2. Excepcionalmente, pode ser permitida:
 - a) A inumação em locais especiais ou reservados a pessoas de determinadas categorias, nomeadamente de certa nacionalidade, confissão ou regra religiosa;
 - b) A inumação em capelas privativas, situadas fora dos aglomerados populacionais e tradicionalmente destinadas ao depósito do cadáver ou restos mortais dos familiares dos respectivos proprietários.
3. Compete à Câmara Municipal de Viana do Castelo promover a inumação de cadáver nos casos previstos no artigo 12.º nº 5 do presente Regulamento, bem como a inumação de fetos mortos abandonados a que não tenha sido dado o destino previsto na alínea d) do nº. 5 do artigo 13º.

Artigo 18.º
Modos de inumação

1. Os cadáveres a inumar são encerrados em urnas de madeira ou de zinco.
2. As urnas de zinco devem ser hermeticamente fechadas por soldagem, na presença dos funcionários designados para assegurar tais funções ou de quem legalmente os substitua.
3. Antes do definitivo encerramento, os agentes funerários devem depositar nas urnas materiais que acelerem a decomposição do cadáver e colocar filtros depuradores e dispositivos adequados a impedir a pressão dos gases no seu interior, consoante se trate de inumação em sepultura ou em jazigo.

Artigo 19.º
Locais de inumação

As inumações são efectuadas em sepulturas temporárias, sepulturas perpétuas, jazigos ou ossários particulares ou municipais.

Artigo 20.º
Insuficiência de documentação

1. Os cadáveres devem ser acompanhados de documentação comprovativa do cumprimento das formalidades legais.
2. Na falta ou insuficiência da documentação legal, os cadáveres ficam em depósito até à regularização documental.
3. Decorridas 24 horas sobre o depósito ou, em qualquer momento em que se verifiquem indícios de decomposição do cadáver, sem que tenha sido apresentada a documentação em falta, os Serviços comunicam o facto às autoridades sanitárias ou policiais para que tomem as providências adequadas.

SECÇÃO II
Sepulturas

Artigo 21.º
Sepultura comum não identificada



É proibida a inumação em sepultura comum não identificada, salvo:

- a) Em situação de calamidade pública;
- b) Tratando-se de fetos mortos abandonados ou de peças anatómicas.

Artigo 22.º
Classificação

1. As sepulturas classificam-se em temporárias e perpétuas:
 - a) São temporárias as sepulturas para inumação por sete anos, findos os quais pode proceder-se à exumação;
 - b) São perpétuas as sepulturas cuja utilização foi exclusiva e perpetuamente concedida;
2. As sepulturas perpétuas devem localizar-se em talhões distintos dos destinados a sepulturas temporárias, dependendo a alteração da natureza dos mesmos de autorização do Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 23.º
Organização do espaço das sepulturas

- 
- 
1. As sepulturas, devidamente numeradas, agrupar-se-ão em talhões ou secções, tanto quanto possível rectangulares.
 2. Procurar-se-á o melhor aproveitamento do terreno, não podendo, porém, os intervalos entre as sepulturas e os lados dos talhões serem inferiores a 0,40 m, e mantendo-se, para cada sepultura, acesso com o mínimo de 0,60 m de largura.

Artigo 24.º

Dimensões das sepulturas

1. As sepulturas têm, em planta, a forma rectangular, obedecendo às seguintes dimensões:
 - a) Para adultos nas sepulturas perpétuas:
 - Comprimento - 2,00 m
 - Largura - 1,00 m
 - Profundidade - 1,80 m
 - b) Para adultos nas sepulturas temporárias:
 - Comprimento - 2,00 m
 - Largura - 0,70 m
 - Profundidade - 1,15 m
 - c) Para crianças:
 - Comprimento - 1,00 m
 - Largura - 0,55 m
 - Profundidade - 1,00 m
2. Independentemente da idade, desde que se trate de menor, será inumado em sepultura de criança quando não exceda o comprimento fixado para esse tipo de sepultura; se o exceder, será o corpo inumado em sepultura de adulto. Para efeitos do disposto neste artigo, os nados mortos são incluídos no grupo referido na alínea c) do n.º 1 deste artigo.

Artigo 25.º

Condições da inumação em sepulturas temporárias

1. Nas sepulturas temporárias é permitida a inumação em caixões de madeira, nos termos definidos no número 3 do artigo 18.º do presente Regulamento.
2. Nas sepulturas temporárias é proibido o enterramento de caixões de zinco ou de madeiras muito densas, dificilmente deterioráveis ou nas quais tenham sido aplicadas tintas, vernizes ou outros materiais de revestimento que dificultem a sua decomposição.

Artigo 26.º

Condições da inumação em sepulturas perpétuas

1. Nas sepulturas perpétuas é permitida a inumação em caixões de madeira ou caixões de zinco, nos termos definidos nos nºs 2 e 3 do artigo 18º do presente Regulamento, e a colocação de cinzas resultantes de cremação, dentro de recipiente apropriado.
2. Nas sepulturas perpétuas só pode ter lugar nova inumação, até ao limite de 3, quando cumulativamente:
 - a) Nas inumações anteriores se tenham utilizado caixões de madeira e desde que, decorrido o prazo de sete anos, se verifique que os corpos inumados estão já reduzidos a ossadas para efeitos de exumação;
 - b) As ossadas encontradas sejam exumadas e trasladadas para ossário ou depositados na própria sepultura a profundidade superior à prescrita no nº 1 do artigo 24.º do presente Regulamento.
3. Poderão efectuar-se duas inumações, com caixões de zinco quando, cumulativamente:
 - a) Se trate de sepultura perpétua ainda não utilizada, desde que respeitada a profundidade mínima prescrita no nº 1 do artigo 24.º do presente Regulamento ou nas inumações anteriores tenham sido utilizados caixões de madeira e desde que, decorrido o prazo de sete anos, se verifique que os restos mortais inumados estão já reduzidos a ossadas para efeitos de exumação;
 - b) As ossadas encontradas sejam exumadas e trasladadas para ossário ou depositadas na própria sepultura a profundidade superior à do primeiro caixão a inumar e este seja inumado a profundidade superior à prescrita no nº 1 do artigo 24.º do presente Regulamento.
4. À inumação em sepultura perpétua é aplicável o disposto no artigo 51.º do presente Regulamento.



SECÇÃO III

Jazigo e Ossários

Artigo 27.º

Classificação de jazigos

1. Os jazigos podem ser de três espécies:
 - a) Subterrâneos - devidamente impermeabilizados e aproveitando apenas o subsolo;

- 
- 
- b) Capelas - constituídos somente por edificações acima do solo;
 - c) Mistos - dos dois tipos anteriores, conjuntamente.
2. Os jazigos podem ser de duas categorias:
 - a) Municipais;
 - b) Particulares.
 3. No cemitério municipal podem existir ossários municipais, destinados essencialmente à inumação de ossadas ou cinzas resultantes de cremação.

Artigo 28.º
Inumação em jazigo

1. Nos jazigos subterrâneos, capelas e nos jazigos municipais só é permitido inumar cadáveres em caixões de zinco, devendo a folha empregue no seu fabrico ter a espessura mínima de 0,4 mm.
2. Nos jazigos é permitido inumar cadáveres ou restos mortais, desde que encerrados em caixão de zinco, nos termos definidos nos números 2 e 3 do artigo 18.º do presente Regulamento, e a colocação de cinzas resultantes de cremação, dentro de recipiente apropriado.
3. Cada compartimento de jazigo apenas comportará um caixão e só poderá ser concedido para inumação de restos mortais de seres humanos.
4. É proibida a abertura de caixões de zinco, salvo nas seguintes condições:
 - a) Em cumprimento de mandado da autoridade judiciária;
 - b) Para efeitos de colocação em sepultura ou em local de consumpção aeróbia, quando exista, de cadáver não inumado;
 - c) Para efeitos de cremação de cadáver ou de ossadas, a realizar noutra unidade cemiterial nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 13.º do presente Regulamento, e da forma que for determinada pelo Presidente da Câmara Municipal, com possibilidade de delegação.
5. O disposto nas alíneas a) e c) do número anterior, aplica-se à abertura de caixão de chumbo utilizado em inumação efectuada antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 411/98 de 30 de Dezembro em 01 de Março de 1999.
6. A inumação em jazigo é aplicável o disposto no artigo 51.º do presente Regulamento.

Artigo 29.º
Deteriorações

1. Quando em urna inumada em jazigo existir ruptura ou qualquer outra deterioração, são os interessados notificados da urgente necessidade da devida reparação, marcando-se-lhes, para o efeito, um prazo máximo de 10 dias.
2. Em caso de urgência, ou quando não se efectue a reparação prevista no número anterior, a mesma será executada pela Câmara Municipal, correndo as despesas por conta dos interessados.
3. Quando não se possa reparar convenientemente a urna deteriorada, esta é encerrada noutra urna de zinco ou removida para sepultura ou para cremação, segundo escolha dos interessados ou decisão do Presidente da Câmara Municipal.
4. A decisão do Presidente da Câmara tem lugar:
 - a) Em casos de manifesta urgência;
 - b) Quando os interessados não procedam à reparação dentro do prazo que lhes for fixado;
 - c) Quando não existam interessados.
5. Das providências tomadas e no caso das alíneas a) e b), do número anterior, é dado conhecimento aos interessados, ficando estes responsáveis pelo pagamento das despesas efectuadas.

Artigo 30.º
Ossários municipais

1. Os ossários municipais dividem-se em células com as seguintes dimensões mínimas interiores:

Comprimento -----	0,80 m
Largura -----	0,50 m
Altura -----	0,40 m
2. Nos ossários não haverá mais de sete células sobrepostas acima do nível do terreno, ou em cada pavimento, quando se trate de edificações de vários andares.

CAPÍTULO III
EXUMAÇÕES

Artigo 31.º
Exumações em sepulturas

1. Após a inumação é proibido abrir qualquer sepultura, antes de decorridos sete anos.
2. Se no momento da abertura não estiverem terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica, recobre-se de novo o cadáver, mantendo-o inumado por períodos sucessivos de dois anos até à mineralização completa do esqueleto, sem a qual não poderá proceder-se a nova inumação.



3. Ressalvam-se do disposto nos números anteriores:
- a) O cumprimento de mandado da autoridade judiciária;
 - b) A realização de segunda ou terceira inumação em sepultura perpétua, nos termos dos nºs. 2 e 3 do artigo 26.º do presente Regulamento;
 - c) As cinzas resultantes de cremação e depositadas em recipiente apropriado, inumadas nos termos do nº. 7 do artigo 13.º do presente Regulamento;
 - d) A realização de trasladação, nos termos do artigo 34.º.

Artigo 32.º
Exumação

1. A exumação de um cadáver depende de autorização do Presidente da Câmara, a requerimento das pessoas com legitimidade para tal, nos termos artigo 4.º do presente Regulamento.
2. O requerimento a que se refere o número anterior obedece ao modelo constante do anexo I do presente Regulamento, do qual faz parte integrante.
3. Decorrido o prazo estabelecido nos números 1 e 2 do artigo anterior, procede-se à exumação.
4. Para efeitos do disposto no número anterior, os serviços municipais notificarão os interessados, através de carta registada com aviso de recepção, se conhecidos, ou por publicação de avisos em dois dos jornais mais lidos da região e afixação de editais nos lugares de estilo, se desconhecidos, para:
 - a) Virem requerer, no prazo de trinta dias, quanto à data da exumação e sobre o destino das ossadas;
 - b) Uma vez recebido o requerimento, comparecerem no cemitério no dia e hora que vier a ser fixado para esse fim.
5. Verificada a oportunidade de exumação e decorrido o prazo fixado na alínea a) do número anterior sem que os interessados promovam qualquer diligência, aquela, será efectuada pelos serviços, considerando-se abandonadas as ossadas existentes.
6. As ossadas abandonadas nos termos do número anterior, será dado o destino adequado, nos termos das alíneas a), c) e d) do número 3 do artigo 11.º do presente Regulamento.

Artigo 33.º
Exumação de caixões inumados em jazigos

1. A exumação das ossadas de um caixão inumado em jazigo, só será permitida quando aquele se apresente de tal forma deteriorado que se possa verificar os fenómenos de destruição da matéria orgânica.
2. A consumpção a que alude o número anterior será obrigatoriamente verificada pela autoridade sanitária.
3. As ossadas exumadas de caixão que, por manifesta urgência ou vontade dos interessados, se tenham removido para sepultura nos termos do n.º 3 do artigo 29.º do presente Regulamento, serão depositadas no jazigo originário ou em local acordado com os serviços cemiteriais.

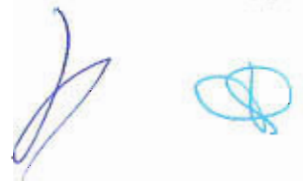
CAPÍTULO IV TRASLADAÇÕES

Artigo 34.º Trasladação

1. É permitida a transladação de cadáveres ou restos mortais já inumados.
2. A transladação antes de decorrido o prazo previsto nos n.ºs. 1 e 2 do artigo 31.º só será permitida quando o cadáver ou restos mortais se encontrem em caixões de zinco devidamente resguardados e cuja folha tenha a espessura mínima de 0,4 mm.
3. É permitida a transladação de cadáver ou restos mortais que tenham sido inumados em caixão de chumbo, antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 411/98 de 30 de Dezembro.

Artigo 35.º Competência

1. A transladação de um cadáver depende de autorização do Presidente da Câmara Municipal, a requerimento das pessoas com legitimidade para tal, nos termos do artigo 4.º do presente Regulamento.
2. O requerimento a que se refere o número anterior obedece a modelo constante do anexo I do presente Regulamento, do qual faz parte integrante.
3. Se a transladação consistir na mera mudança de local no interior do cemitério é suficiente o deferimento do requerimento.
4. Se a transladação consistir na mudança para cemitério diferente, devem os serviços remeter o requerimento referido no n.º 1 do presente artigo para a entidade responsável pela administração do cemitério ou do centro funerário para o qual vão ser trasladados o cadáver ou ossadas, cabendo a esta o deferimento da pretensão.



Artigo 36.º
Prazos

Antes de decorridos sete anos sobre a data de inumação, só serão permitidas trasladações de restos mortais já inumados quando estes se encontrem em urnas de metal devidamente resguardadas.

Artigo 37.º
Verificação

1. Após o deferimento do requerimento, a solicitar a trasladação, são os serviços que verificam, através de abertura de sepultura, os fenómenos da destruição da matéria orgânica.
2. O requerente ou representante legal deve estar presente no acto de abertura da sepultura.

Artigo 38.º
Condições de trasladação

1. A trasladação de cadáver é efectuada em urna de zinco, devendo a folha empregue no seu fabrico ter a espessura mínima de 0,4 mm.
2. A trasladação de ossadas é efectuada da mesma forma ou em urna de madeira.
3. Quando a trasladação se efectuar para fora do cemitério terá que ser utilizada viatura apropriada e exclusivamente destinada a esse fim.
4. Os Serviços do cemitério devem ser avisados pelos requerentes, com a antecedência mínima de 24 horas, do dia e hora em que se pretenda fazer a trasladação.
5. O transporte de cadáver exumado ou ossadas para cremação efectua-se em urna de madeira facilmente destrutível por acção de calor.
6. O transporte do cadáver ou restos mortais a trasladar para fora do cemitério deverá ser acompanhado do certificado de óbito ou de fotocópia simples do assento, auto ou boletim de óbito respectivo, da autorização para a trasladação que constará no próprio requerimento, sem prejuízo dos demais termos legais ou regulamentares.

Artigo 39.º
Registo

Nos livros de registo do cemitério, far-se-ão os averbamentos correspondentes às trasladações efectuadas, devendo emitir-se documento comprovativo, com as notas que dos mesmos livros constem acerca da respectiva inumação ou depósito.

CAPÍTULO V

REMOÇÃO E TRANSPORTE

Artigo 40.º

Remoção

1. Quando, nos termos da legislação aplicável, não houver lugar à realização de autópsia médico-legal e, por qualquer motivo, não for possível assegurar a entrega do cadáver a qualquer das pessoas ou entidades indicadas no artigo 4.º, a fim de se proceder à sua inumação ou cremação dentro do prazo legal, o mesmo é removido para a casa mortuária dotada de câmara frigorífica que fique mais próxima do local da verificação do óbito.
2. Nos casos previstos no número anterior, compete à autoridade de polícia:
 - a) Proceder à remoção do cadáver, pelos meios mais adequados, podendo solicitar a colaboração de quaisquer entidades;
 - b) Proceder à recolha, arrolamento e guarda do espólio do cadáver.
3. A autoridade de polícia com jurisdição na área da freguesia onde se encontre instalada uma casa mortuária dotada de câmara frigorífica tem permanente acesso a ela.

Artigo 41.º

Transporte fora do cemitério

1. O transporte de cadáver fora de cemitério, por estrada, é efectuado em viatura apropriada e exclusivamente destinada a esse fim, pertencente à Câmara Municipal ou a outra entidade, pública ou privada, dentro de:
 - a) Caixão de madeira - para inumação em sepultura ou em local de consumpção aeróbia;
 - b) Caixão de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm, para inumação em jazigo;
 - c) Caixão de madeira facilmente destrutível por acção do calor, para cremação.
2. O transporte de ossadas fora de cemitério, por estrada, é efectuado em viatura apropriada e exclusivamente destinada a esse fim, pertencente à entidade responsável pela administração de um cemitério ou a outra entidade, pública ou privada, dentro de:
 - a) Caixa de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm ou de madeira, para inumação em jazigo ou em ossário;
 - b) Caixa de madeira facilmente destrutível por acção do calor, para cremação.
3. Se o caixão ou a caixa contendo o cadáver ou as ossadas forem transportados como frete normal por via férrea, marítima ou aérea, devem ser introduzidos numa embalagem de material sólido que dissimule a sua aparência, sobre a qual deve ser



aposta, de forma bem visível, a seguinte indicação: «MANUSEAR COM PRECAUÇÃO».

4. O transporte de cinzas resultantes da cremação de cadáver ou restos mortais, fora de cemitério, é livre desde que efectuado em recipiente apropriado.
5. A viatura que for apropriada e exclusivamente destinada ao transporte de cadáveres fora de cemitério, por estrada, é igualmente apropriada para o transporte de ossadas.
6. Nos casos previstos nos números 1 a 3, a entidade responsável pelo transporte do caixão ou da caixa deve ser portadora do certificado de óbito ou da fotocópia simples de um dos documentos previstos no n.º 1 do artigo 14.º.
7. O disposto nos números 1 e 6 do presente artigo não se aplica à remoção de cadáver prevista nos números 1 e 2 do artigo anterior.
8. O transporte inter-hospitalar de fetos mortos, independentemente da respectiva idade de gestação, e de recém-nascidos falecidos no período neonatal precoce, para fins de autópsia clínica para precisão de diagnóstico, pode efectuar-se em ambulância ou noutra viatura de hospital.
9. O transporte de fetos mortos e de recém-nascidos falecidos no período neonatal precoce, fora da situação prevista no número anterior, é feito em viatura apropriada, pertencente à entidade responsável pela administração de um cemitério ou a outra entidade, pública ou privada.
10. Ao transporte para país estrangeiro de cadáver cujo óbito tenha sido verificado em Portugal e ao transporte para Portugal de cadáver cujo óbito tenha sido verificado em país estrangeiro aplicam-se as disposições contidas no Acordo Internacional Relativo ao Transporte de Cadáveres, assinado em Berlim em 10 de Fevereiro de 1937, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 417/70, de 1 de Setembro, e no Acordo Europeu Relativo à Trasladação dos Corpos de Pessoas Falecidas, de 26 de Outubro de 1973, aprovado pelo Decreto n.º 31/79, de 16 de Abril.
11. Compete à Guarda Nacional Republicana e à Polícia de Segurança Pública a passagem dos livres-trânsitos, previstos nos acordos referidos no número anterior, necessários ao transporte para países estrangeiros de cadáveres, cujo óbito tenha sido verificado em Portugal.

Artigo 42.º

Transporte no interior do cemitério

1. O transporte de cadáveres ou restos mortais no interior do cemitério, até ao local de inumação, só pode fazer-se em viatura apropriada e exclusivamente destinada a

essa utilização, pertencente à Câmara Municipal ou a outra entidade, pública ou privada.

2. O disposto no número anterior não impede o transporte braçal da urna, por acompanhantes do féretro, ou o transporte de cinzas resultantes da cremação, em recipiente adequado.

TÍTULO III CONCESSÃO DE TERRENOS

CAPÍTULO I DAS FORMALIDADES

Artigo 43.º Concessão

1. Os terrenos do cemitério municipal podem, por decisão do Presidente da Câmara Municipal, com possibilidade de delegação, ser objecto de concessões de uso privativo, para instalação de sepulturas perpétuas e para a construção ou remodelação de jazigos particulares.
2. Os terrenos poderão também ser concedidos nos termos e condições especiais que venham a ser fixadas pela Câmara Municipal.
3. As concessões de terrenos do cemitério municipal não conferem aos titulares nenhum título de propriedade ou qualquer direito real privado, mas somente um direito subjectivo público de uso privativo daquela parcela de terreno, em conformidade com o regime legal vigente, designadamente as regras de natureza administrativa ditadas pelo fim público subjacente aos cemitérios.
4. As concessões de terrenos do cemitério municipal são susceptíveis de transmissão *mortis causa* ou por acto *inter vivos*, nos termos do título III do capítulo III do presente Regulamento.
5. Os jazigos ou sepulturas que vierem à posse da Câmara Municipal, nomeadamente, por caducidade da concessão, abandono e declaração de prescrição, poderão ser mantidos na posse da Câmara pelo seu valor arquitectónico ou estado de conservação ou poderão ser concessionados, nos termos e condições especiais que se resolver fixar, podendo ainda impor-se aos concessionários a construção de um subterrâneo ou sub-piso para receber os restos mortais que neles se encontrem inumados.

Artigo 44.º

Requerimento

O requerimento para a concessão de terrenos é dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo e obedece a modelo aprovado.

Artigo 45.º

Decisão de concessão

1. Decidida a concessão, os serviços da Câmara Municipal notificam o requerente para comparecer no local, data e horário que lhe for indicado, a fim de se proceder à escolha e demarcação do terreno, sob pena de se considerar caducada a decisão tomada.
2. No prazo de quinze dias a contar da data em que tiver sido feita a escolha e demarcação do terreno, deverá o interessado pagar, na tesouraria da Câmara Municipal, o montante da taxa devida pela concessão de terrenos, sendo condição indispensável para a cobrança da mesma taxa, a apresentação de documento comprovativo do pagamento de imposto municipal ou estadual, quando seja devido.

Artigo 46.º

Alvará de Concessão

1. A concessão de terrenos é titulada por alvará a emitir pelo Presidente da Câmara nos trinta dias subsequentes ao pagamento da taxa de concessão, e mediante apresentação de comprovativo do pagamento dos impostos inerentes ao acto de cedência.
2. Do alvará constam os elementos de identificação do concessionário, morada, referências do jazigo ou sepultura perpétua, nele devendo constar, por averbamento, todas as actualizações dos titulares dos concessionários.
3. Sempre que o concessionário alterar a residência, fica obrigado a informar por requerimento a Câmara Municipal de Viana do Castelo.

CAPÍTULO II DIREITOS E DEVERES DOS CONCESSIONÁRIOS

Artigo 47.º

Prazos de realização de obras

1. As obras realizadas em jazigos particulares ou sepulturas perpétuas, nos termos do disposto no título I do capítulo IV do presente Regulamento, devem concluir-se dentro do prazo fixado pela Câmara para a sua realização, contado da data da emissão do alvará, salvo nos casos em que as obras estejam isentas de licenciamento, às quais se aplica o procedimento referido no artigo 61.º n.º 2.

2. Em casos devidamente justificados o Presidente da Câmara pode prorrogar, por uma única vez, o prazo para a realização de obras.
3. Caso não seja respeitado o prazo inicial ou a sua prorrogação, caducará a concessão, com perda das importâncias pagas, revertendo ainda para o Município todos os materiais encontrados no local da obra.

Artigo 48.º
Inumações anteriores

Nos casos de caducidade da concessão nos termos do artigo anterior, tratando-se de terreno para sepultura perpétua em que tenha sido feita uma inumação, esta ficará sujeita ao regime das efectuadas em sepulturas temporárias, a menos que os restos mortais inumados se encontrem em caixão de zinco ou de chumbo, caso em que, se outro destino não tiver sido acordado, designadamente o referido na parte final parte do nº 5 do artigo 43º, se considerarão abandonados nos termos e para os efeitos dos números 2 e 3 artigo 11º, quando os interessados regularmente notificados, desistam ou não respondam no prazo que lhes foi fixado para o efeito.

Artigo 49.º
Obrigações do concessionário de jazigo ou sepultura perpétua

1. Aos concessionários cumpre promover a beneficiação das construções funerárias, bem como proceder à sua manutenção e limpeza, incorrendo em responsabilidade contra-ordenacional, nos termos definidos no presente regulamento.
2. Os concessionários de jazigos ou sepulturas são obrigados a apresentar os respectivos títulos ou alvarás, sempre que os mesmos lhes sejam exigidos.
3. Os concessionários são obrigados a permitir manifestações de saudade aos restos mortais depositados nos seus jazigos e não poderão impedir a trasladação de qualquer corpo ou ossada, quando promovida por aqueles a quem couber a faculdade de dispor desses restos mortais.

Artigo 50.º
Proibição de proveitos

É vedado aos titulares da concessão de terreno cemiterial, receber quaisquer importâncias pela inumação de cadáveres ou restos mortais nos seus jazigos ou sepulturas perpétuas, incorrendo em responsabilidade contra-ordenacional, nos termos definidos no presente regulamento, sem prejuízo da aplicabilidade do demais regime legal vigente.

Artigo 51.º



Autorizações

1. As inumações, exumações e trasladações a efectuar em jazigos ou sepulturas perpétuas são feitas mediante exibição do respectivo título ou alvará e dependem de autorização expressa do concessionário ou de quem legalmente o representar.
2. Sendo vários os concessionários, a autorização pode ser dada por aquele que estiver na posse do título ou alvará.
3. Na falta de título, a autorização para a entrada de restos mortais deve ser subscrita por todos os concessionários.
4. Os restos mortais do concessionário são inumados independentemente de autorização e a título perpétuo.
5. Quando os herdeiros de qualquer um dos concessionários, não requererem o respectivo averbamento a seu favor, no prazo de 1 ano a contar do óbito ou, havendo inventário, no termo deste, é dispensada a autorização daqueles para as inumações requeridas por qualquer um dos outros concessionários ou dos seus herdeiros devidamente habilitados.
6. A título excepcional e desde que se encontre em curso processo de averbamento da titularidade do jazigo ou sepultura perpétua, pode ser efectuada a inumação dos restos mortais dos herdeiros do concessionário devidamente habilitados.

Artigo 52.º

Trasladação de restos mortais

1. Aos concessionários do jazigo ou sepultura perpétua, é permitido promover, dentro do mesmo cemitério, a trasladação dos restos mortais naqueles depositados ou inumados a título temporário.
2. A trasladação a que se alude no número anterior, só pode efectuar-se para outro jazigo, sepultura perpétua ou ossário municipal.
3. Para efeitos do número um, os concessionários devem solicitar a publicação de éditos que identifiquem os restos mortais a trasladar e indiquem o dia e a hora da trasladação.

CAPÍTULO III DA TRANSMISSÃO

Artigo 53.º

Transmissão

A transmissão de jazigos e sepulturas perpétuas, é efectuada por acto entre vivos ou “mortis causa”.

Artigo 54.º

Transmissão por acto entre vivos

1. As transmissões por actos entre vivos, das concessões de jazigos ou sepulturas perpétuas, são admitidas nos termos dos números seguintes quando nelas não existam cadáveres ou ossadas.
2. Existindo cadáveres ou ossadas, a transmissão só é admitida quando se tenha procedido à trasladação dos mesmos para jazigos, sepulturas ou ossários de carácter perpétuo, ou se o adquirente declarar no pedido de averbamento que se responsabiliza pela perpetuidade da conservação, no próprio jazigo ou sepultura, dos cadáveres ou ossadas aí existentes.
3. Se o transmitente adquiriu o jazigo ou sepultura perpétua por acto entre vivos, a transmissão prevista no presente artigo, só é admitida desde que tenham decorrido mais de cinco anos sobre a aquisição.
4. A transmissão terá de ser feita para pessoa que conste da lista de requerentes, elaborada pela Câmara Municipal, seguindo a respectiva ordem de entrada, pelo valor da taxa de concessão em vigor na data da transmissão, acrescido do valor da sepultura ou jazigo, que será determinado pelos serviços técnicos da Câmara Municipal.

Artigo 55.º

Autorização

1. Verificados os condicionalismos previstos no artigo anterior as transmissões entre vivos dependem de autorização do Presidente da Câmara Municipal e do pagamento de metade das taxas de concessão de terrenos que estiverem em vigor relativas à área do jazigo ou sepultura perpétua.
2. O pedido de averbamento das transmissões efectuadas, sem autorização do Presidente da Câmara pode ainda ser excepcionalmente ratificado por este se tiverem sido respeitados os condicionalismos exigidos no presente Regulamento.

Artigo 56.º

Transmissão por morte

1. As transmissões das concessões de jazigos ou sepulturas perpétuas, por morte do concessionário, são livremente admitidas nos termos gerais de direito.
2. A transmissão, no todo ou em parte, a favor de pessoas estranhas à família do concessionário, só é admitida desde que o adquirente declare no pedido de averbamento que se responsabiliza pela perpetuidade da conservação, no próprio



jazigo ou sepultura, dos cadáveres ou ossadas aí existentes, devendo esse compromisso constar daquele averbamento.

3. O concessionário adquirente não poderá opor-se aos direitos, devidamente comprovados, dos possíveis herdeiros do autor da sucessão.

Artigo 57.º
Averbamento

O averbamento da transmissão a que se refere o artigo anterior, só é efectuado após apresentação de documento comprovativo da realização da transmissão por morte, nomeadamente, escritura de habilitação de herdeiros, escritura pública de partilhas, inventário judicial de partilhas ou testamento e do pagamento dos impostos que forem devidos ao Estado.

CAPÍTULO IV
DAS SEPULTURAS E JAZIGOS ABANDONADOS

Artigo 58.º
Conceito

1. Consideram-se abandonados, podendo declarar-se prescritos a favor da autarquia, os jazigos e sepulturas cujos concessionários não sejam conhecidos ou residam em parte incerta e não exerçam os seus direitos e obrigações por período superior a dez anos, nem se apresentem a reivindicá-los dentro do prazo de sessenta dias depois de citados por meio de éditos publicados em dois dos jornais mais lidos no concelho e afixados nos lugares de estilo, ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura.
2. O prazo de dez anos referido no número anterior, conta-se a partir da data da última inumação ou da realização das mais recentes obras de conservação ou de beneficiação que nas mencionadas construções tenham sido feitas, sem prejuízo de quaisquer outros actos dos proprietários, ou de situações susceptíveis de interromperem a prescrição nos termos da lei civil.
3. Dos éditos constarão os números dos jazigos, identificação, localização e data das inumações dos cadáveres ou restos mortais que no mesmo se encontrem depositados, bem como o nome do último ou últimos concessionários inscritos que figurarem nos registos.
4. Simultaneamente com a citação dos interessados coloca-se no jazigo ou sepultura perpétua placa indicativa do abandono.

Artigo 59.º
Declaração de prescrição

1. Decorrido o prazo de sessenta dias previsto no artigo anterior, sem que o concessionário ou seu representante tenha feito cessar a situação de abandono, a Câmara Municipal declarará a prescrição do jazigo ou sepultura perpétua, a favor do Município, à qual será dada a publicidade referida no n.º 3 do artigo anterior.
2. A declaração de prescrição importa a apropriação pela Câmara Municipal do jazigo ou sepultura perpétua.

Artigo 60.º
Realização de obras

1. Quando um jazigo ou sepultura se encontrar em estado de ruína, o que será confirmado por uma comissão, designada pelo Presidente da Câmara Municipal, com possibilidade de delegação, desse facto será dado conhecimento aos concessionários por meio de carta registada com aviso de recepção, fixando-se prazos para procederem às obras de conservação que se repute necessárias.
2. A comissão indicada será composta por três membros, devendo um destes, pelo menos, ser técnico superior da Câmara Municipal de Viana do Castelo.
3. Nos casos em que se frustrar a comunicação referida no número 1, e naqueles em que os concessionários sejam desconhecidos, serão publicados anúncios em dois dos jornais mais lidos no concelho e afixados editais nos lugares de estilo, dando conta do estado dos jazigos e sepulturas, e identificando, pelos nomes e datas de inumação, os corpos neles depositados, bem como o nome do ou dos últimos concessionários que figurem nos registos.
4. Se houver perigo iminente de derrocada ou as obras de conservação não se realizarem dentro do prazo fixado, pode o Presidente da Câmara ordenar a demolição ou reparação do jazigo ou sepultura, o que se comunicará aos concessionários pelas formas previstas neste artigo.
5. Em caso de incumprimento voluntário, será a Câmara Municipal a executar as obras de conservação ou de demolição, aferidas casuisticamente, ficando a cargo dos concessionários a responsabilidade pelo pagamento das respectivas despesas.
6. Decorrido um ano sobre a demolição de um jazigo ou sepultura sem que os interessados tenham utilizado o terreno, fazendo nova edificação, é tal facto fundamento para ser declarada a caducidade da respectiva concessão.



7. Decorrido um ano sobre a notificação para a realização das obras de conservação, se as mesmas não tiverem ocorrido, a sepultura ou jazigo reverterão a favor do Município, por caducidade da concessão.

Artigo 61.º

Desconhecimento de morada

O concessionário do jazigo ou sepultura perpétua, bem como os seus herdeiros não podem invocar a falta ou desconhecimento do aviso a que se refere o n.º 3 do artigo anterior se não tiverem procedido à actualização dos dados relativos às actuais moradas junto da Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Artigo 62.º

Restos mortais não reclamados

1. Os cadáveres ou restos mortais inumados em jazigos, a demolir ou declarados prescritos, quando deles sejam retirados, inumar-se-ão, com carácter de perpetuidade, no local reservado pela Câmara Municipal para o efeito, caso não sejam reclamados no prazo fixado sobre a data da demolição ou da declaração da prescrição, respectivamente.
2. O preceituado neste artigo aplica-se, com as necessárias adaptações, às sepulturas perpétuas.

TÍTULO IV CONSTRUÇÕES FUNERÁRIAS

CAPÍTULO I DAS OBRAS

Artigo 63.º

Licenciamento

1. O pedido de licença, para construção, reconstrução, alteração ou demolição de jazigos particulares, deverá ser formulado pelo concessionário, em requerimento, utilizando para efeito o Mod. 30 CMVCT, com as devidas adaptações constantes no artigo 64.º, acompanhado por projecto da obra, elaborado por técnico legalmente habilitado e com a inscrição em vigor.
2. Será dispensada a intervenção de técnico para pequenas alterações exteriores que não afectem a estrutura da obra inicial, bem como, obras de alteração no interior e de conservação que não impliquem alteração do aspecto inicial dos jazigos e sepulturas, desde que possam ser definidas em simples descrição integrada no próprio requerimento.

3. Das obras referidas no número anterior e respectivo prazo deve sempre ser dado prévio conhecimento à Câmara Municipal, para fins de fiscalização.
4. O concessionário ou o executante, ficam obrigados:
 - a) A deixar limpo o local da obra após as fundações e a conclusão dos trabalhos;
 - b) A não praticar durante a execução das obras, por si ou por pessoal sob a sua direcção e responsabilidade, actos que acarretem prejuízo, de qualquer natureza, ao município ou a particulares;
 - c) A respeitar a integridade dos jazigos ou sepulturas vizinhas durante o decorrer da obra;
 - d) A manter, durante a execução das obras, uma conduta compatível com a dignidade e respeito devidos ao local.
5. Às obras referidas no presente artigo é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no regime jurídico da urbanização e da edificação, legal e ou regulamentar, em vigor.

Artigo 64.º

Projecto

No caso de obras sujeitas a apresentação de projecto, devem constar os seguintes elementos:

- a) Desenhos à escala mínima de 1:50;
- b) Memória descritiva da obra, em que se especifiquem as características das fundações, natureza dos materiais a empregar, cor, e quaisquer outros elementos esclarecedores da obra a executar;
- c) Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto;
- d) Calendarização da obra.

Artigo 65.º

Requisitos das sepulturas

As sepulturas perpétuas devem respeitar as dimensões prescritas no presente Regulamento, ter fundações em alvenaria e revestimento em cantaria de cor clara, com a espessura máxima de 0,05 metros, não sendo permitidas, em qualquer caso, as lajes de fundo.

Artigo 66.º

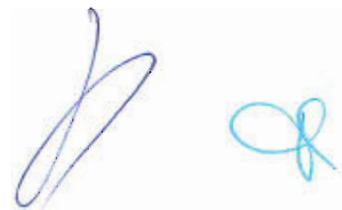
Requisitos dos jazigos

1. Os jazigos, municipais ou particulares, são compartimentados em células com as seguintes dimensões mínimas:

Comprimento 2,10 m

Largura 0,75 m

Altura 0,55 m



2. Nos jazigos não podem existir mais de cinco células sobrepostas, acima do nível do terreno, ou em cada pavimento, quando se trate de edificações de vários andares, podendo também dispor-se em subterrâneos.
3. Na parte subterrânea dos jazigos exigir-se-ão condições especiais de construção, tendentes a proporcionar arejamento adequado, fácil acesso e boa iluminação, bem como a impedir as infiltrações de água.
4. Os intervalos laterais entre jazigos a construir devem ter no mínimo 0,40 metros.
5. A altura exterior máxima deverá estar referenciada aos jazigos existentes, nomeadamente ao nível da placa de cobertura.

Artigo 67.º

Obras de conservação

1. Nos jazigos e sepulturas devem efectuar-se obras de conservação, pelo menos de oito em oito anos, ou sempre que as circunstâncias o imponham.
2. Para os efeitos do disposto na parte final do número um deste artigo é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 60.º e 61.º.
3. Em face de circunstâncias devidamente fundamentadas, pode ser prorrogado o prazo previsto no nº. 1.

Artigo 68.º

Execução de trabalhos

Em todos os casos previstos neste título, a execução de quaisquer trabalhos fica sujeita à orientação e fiscalização pelos serviços municipais competentes, podendo os mesmos ser recusados por razões técnicas ou de estética dominante e quando não respeitem a sobriedade própria das construções funerárias, exigidas pelo fim a que se destinam.

Artigo 69.º

Casos omissos

Aos casos omissos do presente capítulo aplicar-se-á o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, e demais legislação vigente nesta matéria.

CAPÍTULO II DOS SINAIS FUNERÁRIOS E EMBELEZAMENTO DOS JAZIGOS E SEPULTURAS

Artigo 70.º

Sinais funerários

1. Nas sepulturas e jazigos permite-se a colocação de cruzes, assim como inscrição de epitáfios e outros sinais funerários.
2. Não serão permitidos epitáfios em que se exaltem ideias políticas ou religiosas que possam ferir a susceptibilidade pública, ou que, pela sua redacção, possam considerar-se desrespeitosos ou inadequados.

Artigo 71.º
Embelezamento

É permitido embelezar as construções funerárias com revestimentos adequados, bordaduras, vasos para plantas, ou por qualquer outra forma que não afecte a dignidade própria do local.

Artigo 72.º
Autorização prévia

1. A realização por particulares de quaisquer trabalhos no cemitério, para os efeitos previstos no presente título, fica sujeita a prévia autorização dos serviços municipais competentes e à orientação e fiscalização destes.
2. Poderá a Câmara Municipal, por razões técnicas ou estéticas, definir em projecto tipo as formas e dimensões a que obedecerão os sinais funerários e o embelezamento das construções funerárias.

Artigo 73.º
Perda de objectos de ornamentação ou culto

1. Os objectos utilizados para fins de ornamentação ou de culto em jazigos ou sepulturas não poderão daí ser retirados sem apresentação do alvará ou autorização escrita do concessionário, nem sair do cemitério sem autorização do responsável da unidade cemiterial ou por quem for designado para desempenhar tais funções ou legalmente o substituir, o qual fará registo da permissão.
2. Caducando a concessão ou declarando-se a prescrição do jazigo ou sepultura, nos termos previstos no presente Regulamento, serão retirados e considerados propriedade da Câmara Municipal de Viana do Castelo, os materiais e objectos previstos no presente capítulo que se encontrem no terreno, jazigo ou sepultura e que não venham a ser reclamados pelos interessados, no prazo de trinta dias a contar da sua notificação para o efeito.
3. A notificação referida no número anterior efectua-se através de carta registada com aviso de recepção se conhecidos, ou, por publicação de aviso em dois jornais mais lidos da região e afixação por edital nos lugares de estilo, se desconhecidos.



TÍTULO V MUDANÇA DE LOCALIZAÇÃO DO CEMITÉRIO

Artigo 74.º Regime legal

1. A mudança do Cemitério Municipal de Viana do Castelo, para terreno diferente daquele onde está instalado, que implique a transferência, total ou parcial, dos cadáveres, ossadas, fetos mortos e peças anatómicas que aí estejam inumados e das cinzas que aí estejam guardadas é da competência da Câmara Municipal da Viana do Castelo.
2. No caso de transferência do Cemitério Municipal de Viana do Castelo para outro local, os direitos e deveres dos concessionários são automaticamente transferidos para o novo local, suportando a Câmara Municipal os encargos com o transporte dos cadáveres e restos mortais inumados em sepulturas e jazigos concessionados.

TÍTULO VI PROIBIÇÕES

Artigo 75.º Entrada de viaturas particulares

1. No cemitério é proibida a entrada de viaturas particulares, salvo nos seguintes casos e após autorização dos Serviços do cemitério:
 - a) Viaturas que transportem máquinas ou materiais destinados a execução de obras no cemitério;
 - b) Viatura ligeiras de natureza particular transportando pessoas que, dada a sua incapacidade física, tenham dificuldade em se deslocar a pé;
 - c) Viaturas fúnebres que transportem urnas, flores e família do falecido;
 - d) Viaturas ligeiras devidamente identificadas como ao serviço das agências funerárias.

Artigo 76.º Proibições no recinto do cemitério

1. No recinto do cemitério é proibido:
 - a) Proferir palavras ou praticar actos ofensivos da memória dos mortos ou do respeito devido ao local;
 - b) A entrada de quaisquer animais, excepto os cães-guia quando acompanhantes de invisuais;
 - c) Transitar fora dos arruamentos ou das vias de acesso que separem as sepulturas;

- d) Colher flores ou danificar, por qualquer forma, plantas ou árvores incluindo os seus resguardos, apoios e suportes;
 - e) Plantar árvores de fruto ou quaisquer plantas que possam utilizar-se na alimentação;
 - f) Danificar jazigos, sepulturas, sinais funerários ou quaisquer outros objectos;
 - g) Realizar manifestações de carácter político;
 - h) A permanência de crianças, quando não acompanhadas por adultos.
2. Os serviços do cemitério reservam-se o direito de impedir a permanência de todos aqueles que, após advertência expressa, perturbarem o normal funcionamento do cemitério, nos termos dos números anteriores.

Artigo 77.º
Retirada de objectos



1. Os objectos utilizados para fins de ornamentação ou de culto em jazigos ou sepulturas não podem daí ser retirados, excepto para reparação, mediante apresentação do alvará ou autorização escrita do concessionário e autorização dos funcionários do cemitério.
2. Os objectos ou materiais que tenham sido utilizados no ornamento ou construção de sepulturas podem, a título excepcional, ser novamente utilizados mediante autorização dos funcionários do cemitério.
3. Os objectos que não tenham sido utilizados nos termos do número anterior são considerados abandonados.

Artigo 78.º
Desaparecimento de objectos

O Município de Viana do Castelo não se responsabiliza pelo desaparecimento de objectos ou sinais funerários, colocados nos cemitérios.

Artigo 79.º
Realização de cerimónias

1. Dentro do espaço do cemitério, carecem de autorização do Presidente da Câmara, com possibilidade de delegação, designadamente:
 - a) A entrada no cemitério de força armada, banda ou qualquer agrupamento musical;
 - b) Missas campais e outras cerimónias similares;
 - c) Salva de tiros nas exéquias fúnebres militares;
 - d) Intervenções teatrais, coreográficas e cinematográficas;
 - e) Reportagens relacionadas com a actividade cemiterial.

- 
- 
2. Não carece de autorização a tiragem de fotografias, desde que se guarde o respeito que as condições particulares do local o exigem.
 3. O pedido de autorização a que se refere o n.º 1, deve ser feito até vinte e quatro horas de antecedência, salvo motivos ponderosos.
 4. Todas as solicitações e autorizações devem ser registadas.

TÍTULO VII FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES

Artigo 80.º Fiscalização

A fiscalização do cumprimento do presente regulamento compete à Câmara Municipal, através dos seus órgãos ou representantes, às autoridades de polícia e às autoridades de saúde.

Artigo 81.º Competência

A competência para determinar a instrução do processo de contra-ordenação e para aplicar a respectiva coima pertence ao Presidente da Câmara, podendo ser delegada em qualquer dos restantes membros da Câmara Municipal.

Artigo 82.º Contra-ordenações e coimas

1. Constitui contra-ordenação punível com coima graduada de € 500 até ao máximo de € 7000, no caso de pessoa singular, e de € 1.000 até € 15.000, no caso de pessoa colectiva:
 - a) A remoção de cadáver por entidade diferente da prevista no n.º 2 do artigo 40.º do presente Regulamento;
 - b) O transporte de cadáver fora do cemitério, por estrada ou por via-férrea, marítima ou aérea, em infracção ao disposto nos números 1 e 3 do artigo 41.º;
 - c) O transporte de ossadas fora do cemitério, por estrada ou por via-férrea, marítima ou aérea, em infracção ao disposto nos números 2 e 3 do artigo 41.º;
 - d) O transporte de cadáver ou de ossadas, fora do cemitério, por estrada ou por via férrea, marítima ou aérea, desacompanhado de certificado de óbito ou de fotocópia simples de um dos documentos previstos no n.º 6 do artigo 41.º;
 - e) A inumação, cremação, encerramento em caixão de zinco ou colocação em câmara frigorífica de cadáver antes de decorridos, sobre o óbito, os prazos fixados no n.º 1 e n.º 3 do artigo 12.º;

- f) A inumação ou cremação de cadáver fora dos prazos previstos no n.º 1 e 4 do artigo 12.º;
 - g) A inumação, cremação, encerramento em caixão de zinco ou colocação em câmara frigorífica de cadáver, sem que tenha sido previamente lavrado assento ou auto de declaração de óbito ou emitido boletim de óbito;
 - h) A abertura de caixão de zinco ou de chumbo fora das situações previstas no n.º 4 do artigo 28.º;
 - i) A abertura de caixão de zinco ou de chumbo, para efeitos de cremação de cadáver ou de ossadas, de forma diferente da que for determinada pela entidade responsável pela administração do cemitério;
 - j) A inumação fora de cemitério público ou de algum dos locais previstos no n.º 2 do artigo 17.º;
 - l) A utilização, no fabrico de caixão ou caixa de zinco, de folha com espessura inferior a 0,4 mm;
 - m) A inumação em sepultura comum não identificada fora das situações previstas no artigo 21.º;
 - n) A cremação de cadáver que tiver sido objecto de autópsia médico-legal sem autorização da autoridade judiciária, em violação do disposto no n.º 4 do artigo 13.º;
 - o) A cremação de cadáver ou restos mortais fora dos locais previstos no artigo 13.º;
 - p) A abertura de sepultura ou local de consumpção aeróbia, quando exista, antes de decorrido o prazo previsto no n.º1 do artigo 31.º, salvo nos casos previstos no n.º 3 do referido artigo;
 - q) A infracção ao disposto no n.º 2 do artigo 31.º;
 - r) A transladação de cadáver ou restos mortais que não ossadas sem ser em caixão de chumbo, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 34.º, ou de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 38º.
2. Constitui contra-ordenação punível com coima graduada de € 200 até ao máximo de € 2.500, no caso de pessoa singular, e de € 400 até € 5.000, no caso de pessoa colectiva:
- a) O transporte de cinzas resultantes da cremação de cadáver ou de ossadas, fora de cemitério, em recipiente não apropriado;



- b) O transporte de cadáver, ossadas ou cinzas resultantes da cremação dos mesmos, dentro do cemitério, em infracção ao disposto no artigo 42.º;
 - c) A infracção ao disposto no n.º 5 do artigo 12.º;
 - d) A trasladação de ossadas sem ser em caixa de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm ou de madeira;
3. Constitui contra-ordenação ambiental grave, a prática das actividades de cremação fora dos locais previstos para o efeito ou em incumprimento das regras estabelecidas no artigo 13.º
4. As infracções ao presente Regulamento, para as quais não tenham sido previstas penalidades especiais, serão punidas com a coima mínima de € 200 e máxima de € 3 500.
5. A negligência e a tentativa são puníveis.

Artigo 83.º

Sanções acessórias

1. Em função da gravidade da infracção e da culpa do agente, são aplicáveis, simultaneamente com a coima, as seguintes sanções acessórias:
- a) Perda de objectos pertencentes ao agente;
 - b) Interdição do exercício de profissões ou actividades cujo exercício dependa de título público ou de autorização ou homologação de autoridade pública;
 - c) Encerramento de estabelecimento cujo funcionamento esteja sujeito a autorização ou licença de autoridade administrativa;
 - d) Suspensão de autorizações, licenças e alvarás.
2. É dada publicidade à decisão que aplicar uma coima a uma agência funerária.

Artigo 84.º

Direito subsidiário

Em tudo o que não estiver expressamente previsto neste capítulo, aplica-se subsidiariamente o disposto:

- a) No Decreto-Lei n.º 411/98 de 30 de Janeiro;
- b) No Decreto-Lei n.º 433/82 de 27 de Outubro;
- c) Na Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto;
- d) No Código Penal e no Código de Processo Penal.

TÍTULO VIII COBRANÇA E CONCESSÃO DE SERVIÇOS

Artigo 85.º

Taxas

1. As taxas devidas pela prestação de serviços relativos ao Cemitério Municipal de Viana do Castelo, nomeadamente inumações, exumações e outros actos, pela concessão de terrenos para jazigos e sepulturas perpétuas, sua transmissão ou pelo licenciamento de construções funerárias, são as constantes de Tabela de Taxas do Município de Viana do Castelo em vigor.
2. São dispensadas do pagamento de taxas, as exumações subsequentes à primeira exumação, quando não estejam terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica.

Artigo 86.º

Legislação Subsidiária

Em tudo o que não estiver expressamente regulado no presente Regulamento são aplicáveis as disposições legais que especificamente regulam esta matéria, as normas do Código de Procedimento Administrativo, com as necessárias adaptações, e na falta os princípios gerais do direito.

TÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 87.º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente Regulamento, consideram-se revogadas todas as disposições de natureza regulamentar, aprovadas pelo Município de Viana do Castelo em data anterior, e que com o mesmo se apresentem em contradição.

Artigo 88.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entrará em vigor quinze dias após a sua publicitação nos termos legais.



ANEXO I

Requerimento para inumação, cremação, exumação e trasladação

Exmo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
VIANA DO CASTELO

AGÊNCIA _____

Telefone: _____ Fax _____ NIF _____ Registo DGAE _____

REQUERENTE:	
Nome _____	
Estado Civil _____ Profissão _____, Telef. _____	
Morada _____, C.P. _____	
Documento de identificação(1) nº _____, Passaporte _____, Contribuinte _____, vem, na qualidade de (2) _____ e nos termos dos artº 4º do Regulamento do Cemitério Municipal de Viana do castelo, requer a (3) _____	
<input type="checkbox"/> Inumação de cadáver <input type="checkbox"/> Exumação de Cadáver <input type="checkbox"/> Cremação de Ossadas <input type="checkbox"/> Cremação de cadáver <input type="checkbox"/> Trasladação de cadáver <input type="checkbox"/> Trasladação de ossadas	
Às _____ horas do dia _____, de _____, de _____	
No Cemitério/Centro Funerário de _____	
FALECIDO	
Nome _____	
Estado civil á morte _____, Cartão de Eleitor nº _____, de _____	
Residência à data da morte _____, CP _____	
Local de falecimento _____, freguesia _____, concelho _____, que se encontra no Cemitério/Centro Funerário de _____, em _____, concelho _____	
Jazigo Particular <input type="checkbox"/> Jazigo Municipal <input type="checkbox"/> Sepultura Perpétua <input type="checkbox"/> Sepultura Temporária <input type="checkbox"/> Ossário Particular <input type="checkbox"/> Ossário Municipal <input type="checkbox"/> Columbário <input type="checkbox"/> Nº _____ Secção _____ Rua _____	
Desde _____, de _____, de _____, e que se destina do Cemitério/Centro Funerário de _____, concelho de _____, a fim de ser Inumado em _____	
<input type="checkbox"/> Jazigo Particular <input type="checkbox"/> Jazigo Municipal <input type="checkbox"/> Sepultura Perpétua <input type="checkbox"/> Sepultura Temporária <input type="checkbox"/> Acróbia Colocado em: <input type="checkbox"/> Ossário Particular <input type="checkbox"/> Ossário Municipal <input type="checkbox"/> Columbário <input type="checkbox"/> Cendário	
Nº _____ Secção _____ do Cemitério/Centro Funerário de _____	
As cinzas entregues à Agência Funerária <input type="checkbox"/> As cinzas entregues ao requerente <input type="checkbox"/> Utilização de viatura municipal <input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
_____, _____, de _____, de _____ (local e data do requerente)	
_____ (assinatura do requerente)	
DESPACHOS	
_____ (5)	_____ (6)
Inumação efectuada às _____ horas do dia _____, de _____, de _____ Cremação efectuada às _____ horas do dia _____, de _____, de _____ Data da efectivação da trasladação _____, de _____, de _____ Data da efectivação da exumação _____, de _____, de _____	
<i>(a preencher pelos serviços do cemitério)</i>	

- (1) Documento de Identificação: Bilhete de Identidade, Cartão de Cidadão ou Passaporte;
- (2) Qualquer das situações previstas no artº 4º (testamenteiro, cônjuge sobrevivivo, pessoa que resida com o falecido em condições análogas às dos cônjuges, herdeiro familiar ou qualquer outra situação;
- (3) Entidade responsável pela administração do cemitério/centro funerário onde se pretende proceder à inumação, cremação, trasladação ou exumação;
- (4) Data da inumação ou da última tentativa de exumação;
- (5) Despacho da Autarquia Local sob cuja administração está o cemitério/centro funerário onde se encontra o cadáver ou as ossadas;
- (6) Despacho da Autarquia Local sob cuja administração está o cemitério/centro funerário para onde se pretende trasladar o cadáver ou as ossadas.

DECLARAÇÃO

Estabelece o artº 4º do Regulamento do cemitério Municipal de Viana do Castelo que:

1. Têm legitimidade para requerer a prática de actos regulados pelo presente diploma, sucessivamente:
 - a) O testamenteiro, em cumprimento de disposição testamentária;
 - b) O cônjuge sobrevivivo;
 - c) A pessoa que vivia com o falecido em condições análogas às dos cônjuges;
 - d) Qualquer herdeiro;
 - e) Qualquer familiar;
 - f) Qualquer pessoa ou entidade.
2. Se o falecido não tiver nacionalidade portuguesa, têm também legitimidade o representante diplomático ou consular do país da sua nacionalidade.
3. O requerimento para a prática desses actos, pode também ser apresentado por pessoa munida de procuração com poderes especiais para esse efeito, passada por quem tiver legitimidade nos termos dos números anteriores.

Assim o requerente, retro identificado, declara sob compromisso de honra:

- não existir quem o proceda, nos termos do artigo 4º;
- existir quem o proceda, mas não pretendo ou não podendo aquele requerer a prática de qualquer acto previsto no mencionado Decreto-Lei.

Local e data do requerimento _____, _____, de _____ de _____

(assinatura)

Observações: (A preencher pelos serviços do cemitério)

A esta declaração serão juntos os seguintes documentos:

- Fotocópia do Bilhete de Identidade, Cartão de Cidadão ou Passaporte do requerente ou de quem o representar, quando o requerente for pessoa colectiva;
- Procuração com poderes especiais para o efeito, nos casos do nº 3 do artigo 4º;
- Cartão de Eleitor do falecido.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Mod. 155_0 – Inumação, Cremação, Exumação e Trasladação

(a) Ana Margarida Silva.". A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea a) do nº 2 do art.º 53º e da alínea a) do nº 6 do

art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento do Cemitério Municipal. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. **(10)**

SIADAP 1 - RATIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS:- Pela Vereadora

Ana Margarida Silva foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:-

"PROPOSTA - **SIADAP 1 – RATIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS** - Conforme o nº 3 do artº 12º do Decreto Regulamentar 18/2009, de 4 de Setembro, "Compete, em cada município ou serviço municipalizado, à respectiva câmara municipal ou conselho de administração atribuir a distinção *Desempenho excelente*, assim como ratificar a avaliação das unidades orgânicas atribuídas pelo membro do órgão executivo de que dependam". Assim, procedeu-se à avaliação dos serviços, de acordo com os objectivos traçados, tendo-lhes sido atribuída, pelo respectivo membro do executivo de que dependem, a seguinte classificação:-

Departamento do Ordenamento do Território e Ambiente	Bom
Departamento de Obras Públicas	Bom
Departamento da Dinamização Cultural	Satisfatório
Departamento de Educação e Qualidade de Vida	Satisfatório
Departamento de Conservação e Valorização Patrimonial	Satisfatório
Departamento de Administração Geral	Satisfatório
Divisão de Segurança e Protecção Civil	Satisfatório

Propõe-se, pois, ao executivo municipal que ratifique as classificações mencionadas. (a) Ana Margarida Silva.". A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta. Esta deliberação foi tomada por maioria com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vítor Lemos, Ana Margarida Silva, Luis Nobre, Maria José Guerreiro e a abstenção dos Vereadores Carvalho Martins, Mário Guimarães, Ana Palhares que justificou o seu sentido de voto pelo facto de não existir um mínimo de elementos que lhe permitam

vincular-se a uma conclusão e Aristides Sousa que declarou abster-se pelo facto de não ter havido uma síntese que fundamente esta avaliação, de forma a concluir por que um obteve bom ou satisfatório de forma a perceber o que é preciso melhorar e ou o que falha. Entende ainda que nesta avaliação deveria ser integrada o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Corrupção e Infracções Conexa, pois este previa uma avaliação anual das medidas tendentes a minimizar as situações de risco, mas até nada foi apresentado. **(11) FESTAS**

D` AGONIA - AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS:- Pela Vereadora Maria José Guerreiro foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- "PROPOSTA - ROMARIA DA SENHORA D'AGONIA – APOIO À VIANAFESTAS - As Festas da Sr.ª d'Agonia realizam-se, este ano, de 19 a 21 de Agosto, tendo como Presidente de Honra a Dr.ª Gabriela Canavilhas. Sendo a Vianafestas a Associação Promotora das Festas da cidade, proponho que se atribua à mesma um subsídio no valor de € 250.000,00. Acresce ainda, a este apoio, a transferência da exploração do terrado, no período de 12 a 21 de Agosto, bem como a disponibilização do apoio logístico do Armazém de Festas, da D.A.C., da D.I.E., da D.M.S.U. e da D.R.V., e dos materiais necessários à montagem do Cortejo Etnográfico, da Festa do Traje e Serenata. (a) Maria José Guerreiro.". A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. **(12)**

TOPONÍMIA STA LEOCÁDIA DE GERAZ DO LIMA:- Presente um ofício datado de 21 de Junho findo da Junta de Freguesia de Santa Leocádia de Geraz do Lima, registado na SEG sob o número 15373, em 24 do mesmo mês de Junho, a remeter para aprovação, uma proposta de atribuição de toponímia a ruas da referida freguesia, e que foi aprovada em 21 de Abril de 2011 pela Assembleia de Freguesia de Santa Leocádia de Geraz do Lima, acerca do qual foi apresentada a seguinte proposta:- "NOVOS TOPÓNIMOS - FREGUESIA DE ST.ª LEOCÁDIA DE GERAZ DO LIMA - A documentação anexa está de acordo com o estabelecido no Regulamento de



Toponímia do concelho de Viana do Castelo, pelo que proponho que as alterações apresentadas para atribuição de novos topónimos na Freguesia de St.^a Leocádia de Geraz do Lima sejam aprovadas. (a) Maria José Guerreiro.". A Câmara Municipal deliberou, nos termos do Regulamento de Toponímia e ao abrigo do disposto na alínea v) do número 1 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, aprovar as seguintes designações toponímicas da freguesia de Santa Leocádia de Geraz do Lima:-

- AVENIDA DAS CEREJEIRAS, no novo loteamento da Boavista;
- CAMINHO DA FONTE DE COUCES, que liga a Estrada da Sra. da Guia a Couces de baixo
- QUELHA DAS ESCADINHAS, no Feijoa

O Vereador Aristides Sousa referiu que a freguesia de Santa Leocádia está a fazer um trabalho notável na promoção de produtos endógenos e na dinamização social, associativa e cultural da freguesia e das Terras de Geraz, o que vai de encontro que o CDS/PP sempre defendeu, pelo que tem votado favoravelmente projectos de interesse municipal que promovam a actividade económica no espaço rural, favorecendo a fixação das pessoas nas aldeias. Disse ainda que presta o seu reconhecimento aos órgãos autárquicos de St.^a Leocádia de Geraz do Lima, na pessoa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Carlos Torres, pelo trabalho e dedicação que tem prestado pela freguesia e pelo bem das populações. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. **(13) OPERAÇÃO URBANÍSTICA Nº 25/00 -**

OPTIMUS COMUNICAÇÕES, SA - RECONHECIMENTO DE INTERESSE

MUNICIPAL:- Pelo Vereador Luis Nobre foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- "**PROPOSTA - OPERAÇÃO URBANÍSTICA DE LICENCIAMENTO "INSTALAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE ESTAÇÃO DE RADIOCOMUNICAÇÕES" - PO N.º 25/00, EM NOME DE OPTIMUS COMUNICAÇÕES SA, LUGAR DA APARECIDA, FREGUESIA DE CARVOEIRO, CONCELHO DE VIANA DO CASTELO - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - O art.º**

15.º, n.º 2, alínea c)¹ do Regulamento Plano Director Municipal estabelece a possibilidade da construção de infra-estruturas em "Espaço Rural", desde que, reconhecido o interesse municipal e obtida a autorização, vinculativa, da ocupação não agrícola do solo pela CRRA - Comissão Regional da Reserva Agrícola, formalidade já concretizada. Assim, e uma vez requerido pela requerente, **proponho** à Câmara Municipal que a mesma **declare** o **RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL** para a instalação de "infra-estrutura de estação de radiocomunicações". **(a). Luís Nobre.**" A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta e ao abrigo do artigo 15º número 2 alínea c) do Regulamento do PDM declarar de interesse público municipal a instalação de "Infra-estrutura de estação de radiocomunicações". Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. **(14) OPERAÇÃO URBANÍSTICA**

Nº 149/10 - JOSÉ MACIEL E FILHO, LDA - RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL:- Pelo Vereador Luis Nobre foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- **"PROPOSTA - OPERAÇÃO URBANÍSTICA DE LICENCIAMENTO DE "AMPLIAÇÃO DE UNIDADE INDUSTRIAL" - PO N.º 140/10, EM NOME DE JOSÉ MACIEL & FILHOS, LDª, LUGAR DE ALGARES | SÍTIO DA CARRIÇA, CARVOEIRO - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - O art.º 15, n.º 3, alínea d) do Regulamento do Plano Director Municipal estabelece, para estruturas produtivas já instaladas, a possibilidade de ampliação de 50% da área bruta de construção existente, devendo, e só, o Município reconhecer o interesse municipal dessa necessidade.**

3. (...)."

¹ (RPDM) - art.º 15.º, Edificabilidade

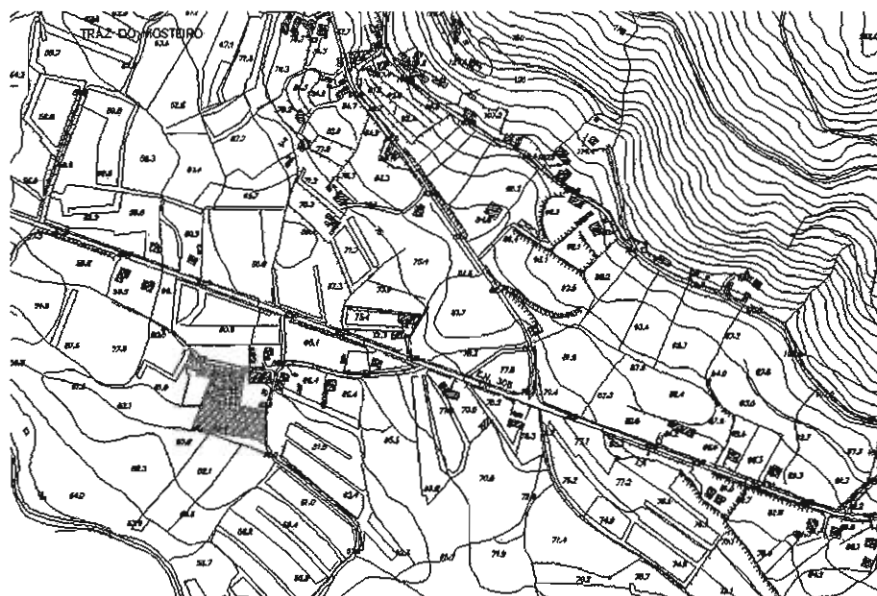
"1. (...).

2. Exceptuam-se do número anterior:

a) (...);

b) (...);


c) A construção de infra-estruturas e de empreendimentos turísticos de reconhecido interesse municipal sem localização alternativa viável.



Para a presente operação urbanística - de ampliação -, o Município de Viana do Castelo já reconheceu o interesse municipal - em reunião de Câmara de 24 de novembro de 2008. Contudo, e para uma plena operacionalização da unidade produtiva, a requerente necessita de executar acesso e área de estacionamento em zona classificada como solo rural "RAN - Reserva Agrícola Nacional". Em sequência, a CRRAN - Comissão Regional da Reserva Agrícola Nacional, solicitou à requerente nova certidão sobre o interesse municipal da pretensão atendendo às novas necessidades expressas:- > 240,00 m² para estacionamento automóvel privado da unidade fabril; > 605,30m² para acessos, num total de 845,30m². Assim, e atendendo a que as infra-estruturas descritas são fundamentais para o elementar funcionamento da unidade industrial e cumprimento das disposições regulamentares do Plano Director Municipal, nomeadamente, quanto à necessidade de disponibilização de capacidade de estacionamento privado, **proponho** à Câmara Municipal que a mesma declare o **RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL. (a). Luís Nobre.** A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta e ao abrigo do artigo 15º numero 2 alínea d) do Regulamento do PDM declarar de interesse municipal a execução de acesso e área de estacionamento da unidade industrial de fabricação de mobiliário de madeira sito na

freguesia de Carvoeiro. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. **(15) EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE SURF DE VIANA DO CASTELO" - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:-** A Câmara Municipal deliberou, nos termos do número 3 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, ratificar o despacho proferido, em 30 de Junho findo, pelo Presidente da Câmara, pelo qual aprovou a minuta do contrato da empreitada referida em título. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. **(16) ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS:-** A Câmara Municipal deliberou introduzir as seguintes alterações ao orçamento municipal em vigor:-

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
				INSCRIÇÕES REFORÇOS	DIMINUIÇÕES ANULAÇÕES	
02		Câmara Municipal				
0201		Presidência				
	01	Despesas Com O Pessoal				
	0101	Remunerações Certas E Permanentes				
	010101	Titulares de Órgãos de Soberania e Membros de Órgãos Autárquicos	187.000,00	0,00	12.000,00	175.000,00
	02	Aquisição De Bens E Serviços				
	0202	Aquisição De Serviços				
	020217	Publicidade	184.400,00	2.000,00	0,00	186.400,00
	020220	Outros Trabalhos Especializados	66.300,00	10.000,00	0,00	76.300,00
	020225	Outros Serviços	312.000,00	20.000,00	0,00	332.000,00
	03	Juros E Outros Encargos				
	0305	Outros Juros				
	030502	Outros	34.000,00	8.000,00	0,00	42.000,00
	04	Transferências Correntes				
	0405	Administração Local				
	040501	Continente				
	04050108	Outros	185.935,20	10.000,00	0,00	195.935,20
	07	Aquisição De Bens De Capital				
	0701	Investimentos				
	070108	Software Informático	333.000,00	5.000,00	0,00	338.000,00
	08	Transferências De Capital				
	0805	Administração Local				
	080501	Continente				
	08050102	Freguesias				
	0805010208	Outras Transferências	1.095.000,00	50.000,00	0,00	1.145.000,00
0202		Departamento De Administração Geral				
	01	Despesas Com O Pessoal				
	0103	Segurança Social				
	010305	Contribuições Para A Segurança Social				
	01030501	Assist. Doença Funcionários Públicos (ADSE)	10.100,00	7.000,00	0,00	17.100,00
0203		Depart. De Conservação E Valorização Do Património				
	02	Aquisição De Bens E Serviços				
	0202	Aquisição De Serviços				
	020225	Outros Serviços	896.000,00	23.000,00	0,00	919.000,00
	07	Aquisição De Bens De Capital				
	0701	Investimentos				
	070103	Edifícios				
	07010303	Mercados E Instalações De Fiscalização Sanitária	385.000,00	29.000,00	0,00	414.000,00
	0703	Bens De Domínio Público				



0204	070303	Outras Construções E Infra-Estruturas				
	07030301	Viadutos, Arruamentos E Obras Complementares	3.253.180,00	180.000,13	0,00	3.433.180,13
	07030313	Outros	1.246.000,00	0,00	485.000,00	761.000,00
		Departamento De Dinamização Cultural				
	02	Aquisição De Bens E Serviços				
	0201	Aquisição De Bens				
	020118	Livros E Documentação Técnica	10.000,00	15.000,00	0,00	25.000,00
	0202	Aquisição De Serviços				
	020212	Seguros				
	02021209	Outros	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00
	020213	Deslocações E Estadas	1.500,00	500,00	0,00	2.000,00
	020225	Outros Serviços	795.000,00	95.000,00	0,00	890.000,00
	04	Transferências Correntes				
	0407	Instituições Sem Fins Lucrativos				
040701	Instituições Sem Fins Lucrativos					
04070108	Outras Transferências	90.000,00	10.000,00	0,00	100.000,00	
07	Aquisição De Bens De Capital					
0701	Investimentos					
070103	Edifícios					
07010302	Instalações Desportivas E Recreativas					
0701030209	Outros	4.969.803,00	0,00	80.000,00	4.889.803,00	
070115	Outros Investimentos					
07011501	Estudos E Projectos	15.000,00	0,00	10.000,00	5.000,00	
0205		Departamento De Educação E Qualidade De Vida				
	02	Aquisição De Bens E Serviços				
	0201	Aquisição De Bens				
	020106	Alimentação - Géneros Para Confeccionar	726.659,82	0,00	64.700,13	661.959,69
	0202	Aquisição De Serviços				
	020214	Estudos, Pareceres, Projectos E Consultadoria	511.976,14	38.000,00	0,00	549.976,14
	020220	Outros Trabalhos Especializados	323.000,00	3.000,00	0,00	326.000,00
	04	Transferências Correntes				
	0407	Instituições Sem Fins Lucrativos				
	040701	Instituições Sem Fins Lucrativos				
	04070104	Fins Sociais	208.000,00	17.500,00	0,00	225.500,00
	07	Aquisição De Bens De Capital				
	0701	Investimentos				
	070103	Edifícios				
07010302	Instalações Desportivas E Recreativas					
0701030209	Outros	869.345,00	0,00	15.000,00	854.345,00	
07010305	Escolas	1.766.821,00	93.700,00	0,00	1.860.521,00	
070104	Construções Diversas					
07010406	Instalações Desportivas E Recreativas	830.625,00	60.000,00	0,00	890.625,00	
		19.315.645,16	676.700,13	676.700,13	19.315.645,16	
			259.000,00	86.700,13		
			417.700,13	590.000,00		

Esta deliberação foi tomada por maioria com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vítor Lemos, Ana Margarida Silva, Luis Nobre, Maria José Guerreiro, Carvalho Martins, António Amaral e o voto contra do Vereador Aristides Sousa que declarou ter votado contra porquanto a presente proposta de alteração orçamental transfere verbas da despesa de capital para despesa corrente. **(17) PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-** Encerrada a ordem de trabalhos, foi fixado um período de intervenção aberto ao público, não se tendo registado qualquer intervenção.

(18) APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:- Nos termos do número 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme e

seguidamente assinada pelo Presidente da Câmara e Secretário da presente reunião. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, pelas dezanove horas, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

